

Guiné-Bissau

As Causas Profundas de Conflitos: a voz do povo



Título: «Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos: a voz do povo
- Resultados da auscultação nacional realizada em 2008»

Autor: Voz di Paz

Data: Agosto de 2010

Edição: Voz di Paz / Interpeace

© Voz di Paz e Interpeace, 2010
Todos os direitos reservados

Editado na Guiné-Bissau

As opiniões expressas neste relatório são as dos auscultados e não representam necessariamente os pontos de vista dos actores nem dos financiadores.

É autorizada a reprodução gratuita, sem pedido formal, das ilustrações e de citações curtas, desde que se respeite a menção completa da fonte original.

A autorização é válida somente se o material for fiel ao relatório. Em caso algum é autorizado a modificação das informações, incluindo as legendas.

Para os media é suficiente a citação da fonte original.

Imagem da Capa: Voz di Paz



Guiné-Bissau
As Causas Profundas de Conflitos:
a voz do povo

Voz di Paz

A Voz di Paz é uma organização não governamental (ONG) da Guiné-Bissau. Ela tem como missão, apoiar actores locais, autoridades nacionais e regionais para melhor responderem aos desafios de consolidação da paz e ajudar na prevenção de conflitos. A sua abordagem única promove a participação inclusiva e o reforço da capacidade e responsabilidade dos actores locais, permitindo-lhes participar na identificação dos problemas e na busca da melhor solução para uma paz duradoura. Para compreender as causas profundas de conflitos, a Voz di Paz utiliza um método participativo de pesquisa-acção como ferramenta e base para a reflexão, análise e acção.

Programa Voz di Paz

Voz di Paz é também o nome de um programa iniciado em parceria com a Interpeace desde 2007. O objectivo do programa é dar uma contribuição concreta para a consolidação da paz e estabilidade na Guiné-Bissau como pré-requisito para um desenvolvimento sustentável. O Programa visa eliminar os obstáculos à paz na Guiné-Bissau através da promoção de um diálogo inclusivo entre os actores sociais, pessoas influentes e a população em geral.

Em 2008-2009, o Programa efectuou em todas as regiões do país uma ampla auscultação sobre as causas profundas de conflitos. As principais conclusões estão resumidas neste relatório.

Interpeace

A Interpeace é uma organização internacional para a paz, com sede na Suíça e com escritórios e programas em 16 países. Ela foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1994 para intervir nas sociedades divididas por conflitos violentos e ajudar a construir uma paz durável. Tornou-se autónoma em 2000 e actualmente tem com as Nações Unidas uma parceria operacional e inovadora conhecida como programa conjunto das Nações Unidas/Iniciativas Interpeace (JPU).

A Interpeace apoia actualmente programas de consolidação da paz em países como: Burundi, Chipre, Guiné-Bissau, Israel, Libéria, Palestina, Ruanda, Somália, Timor-Leste, Guatemala, Honduras e El Salvador (Bandos de Jovens) e tem um programa temático sobre a reconstrução pós-guerra.

www.vozdipaz.org



Voz di Paz
Rua José Carlos Schwarz
CP. 588, Bissau7-9, Guiné-Bissau
www.vozdipaz.org / www.vozdipaz.com
vozdipaz@gmail.com

www.interpeace.org



Interpeace
7-9 Chemin de Balaxert
1219 Chatelaine, Geneva Switzerland
www.interpeace.org
info@interpeace.org

Agradecimentos

Desde 2007 que a Voz di Paz tem vindo a trabalhar para a inclusão dos guineenses de diferentes níveis e em todo o país na definição das prioridades para a paz.

Agradecimento especial vai para todos os guineenses que tomaram parte nas auscultações realizadas em todo território nacional. As suas ideias, opiniões, histórias, interesses e análises únicas sobre os obstáculos actuais à paz constituem a substância deste relatório.

A equipa do programa e os membros dos Espaços Regionais de Diálogo jogaram um papel importante na realização desta iniciativa. Os seus trabalhos, reflexões e tenacidade permitiram o sucesso das actividades levadas a cabo e a produção deste relatório.

Este primeiro passo decisivo não seria uma realidade sem o apoio e a orientação de Comité Nacional de Orientação, da Interpeace e dos doadores internacionais.



ULKOASIAINMINISTERIÖ
UTRIKESMINISTERIET



Índice

RESUMO.....	P.9
Voz di Paz: necessidade de uma nova abordagem.....	P.10
Princípios chaves do Programa (linhas directrizes).....	P.11
Fase 1: Definição do quadro nacional de diálogo sobre as causas de conflitos e principais obstáculos à uma paz durável (2007-2009).....	P.12
Processo de auscultação.....	P.12
Resultado das auscultações.....	P.12
As causas dos Conflitos na Guiné-Bissau: Voz di Paz.....	P.15
Fase 2: A validação do processo e a formulação de soluções para a paz (2009-2011).....	P.16
1. INTRODUÇÃO.....	P.18
1.1 <i>Antecedentes conflituosos na Guiné-Bissau: sinopse dos episódios violentos</i>	P.18
1.2 <i>Antecedentes da construção da paz e experiências em curso</i>	P.21
1.3 <i>Necessidade de uma nova abordagem</i>	P.23
1.4 <i>Apresentação sumária do conteúdo do documento</i>	P.24
VOZ DI PAZ: UMA NOVA ABORDAGEM	P.26
2. VOZ DI PAZ FACE À PROBLEMÁTICA DA CONSTRUÇÃO DA PAZ.....	P.27
2.1 <i>Breve apresentação de Voz di Paz</i>	P.27
2.2 <i>Novidade da abordagem: a pesquisa-acção</i>	P.28
2.3 <i>Etapas do programa</i>	P.30
2.4 <i>Metodologia: suas especificidades e modulações</i>	P.34
2.5 <i>Auscultações e os seus objectivos</i>	P.34
RESULTADOS DAS AUSCULTAÇÕES.....	P.34
3. RESULTADOS DAS AUSCULTAÇÕES: CAUSAS E GEOGRAFIA DOS CONFLITOS NA GUINÉ-BISSAU.....	P.35



Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

3.1 AS PROBLEMÁTICAS NACIONAIS.....	P.35
3.1.1 <i>A problemática do enfraquecimento do Estado</i>	P.35
3.1.2 <i>Pobreza</i>	P.38
3.1.3 <i>Má administração da justiça</i>	P.41
3.1.4 <i>Instabilidade política e institucional</i>	P.46
3.1.5 <i>Herança mal gerida da guerra de libertação nacional</i>	P.51
3.2 PROBLEMÁTICAS REGIONAIS DE CONFLITOS.....	P.55
3.2.1 <i>Insegurança dos bens e das pessoas</i>	P.55
3.2.2 <i>Má gestão do espaço e dos recursos</i>	P.59
3.2.3 <i>Práticas socioculturais nefastas</i>	P.67
3.3 <i>Problemáticas transversais de conflitos</i>	P.72
3.3.1 <i>Corrupção</i>	P.72
3.3.2 <i>Fraca cultura de diálogo</i>	P.77
3.3.3 <i>Perda de valores</i>	P.82
3.3.4 <i>Injustiça / exclusão social</i>	P.85
3.4 <i>Problemáticas emergentes de conflitos</i>	P.90
3.4.1 <i>Intolerância religiosa</i>	P.90
3.4.2 <i>Desertificação humana</i>	P.94
3.4.3 <i>Tribalismo</i>	P.98
3.4.4 <i>Tráfico de droga</i>	P.108
3.4.5 <i>Coabitação entre autóctones e alógenos</i>	P.112
4. PERSPECTIVAS.....	P.113



Abreviaturas e siglas

ALTERNAG	Associação Guineense de Estudos e Alternativas
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
ECOMOG	Grupo de Monitoramento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Grupo de manutenção de paz)
FLING	Frente Nacional de Luta para a Independência da Guiné
ONG	Organização não Governamental
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde
PRS	Partido da Renovação Social
ERD	Espaço Regional de Diálogo
UNIOGBIS	Unidade Integrada das Nações Unidas para a consolidação da Paz na Guiné-Bissau



RESUMO



Voz di Paz: necessidade de uma nova abordagem

A Guiné-Bissau tem sido palco de várias iniciativas de promoção da paz levadas a cabo por jovens, mulheres, líderes religiosos, associações, ONG, etc. Estas iniciativas jogaram um papel importante na progressão das ideias de construção da paz. Todavia, muitas tiveram um enfoque de curto prazo e alvejaram soluções imediatas.

Duas componentes-chaves foram ignoradas nestas iniciativas ad hoc:

- 1) A análise profunda das raízes dos conflitos; e
- 2) A construção e manutenção de relações de confiança entre todos os actores sociais.

A Guiné-Bissau precisa de um processo contínuo e estruturado visando enraizar na sociedade a capacidade de identificar e compreender os problemas, e encontrar soluções duráveis de forma não violenta.

Impôs-se a necessidade de definir uma nova abordagem para consolidar a paz e a estabilidade como pré-requisito de um desenvolvimento pós-conflito durável. Esta necessidade é quão premente quanto os maiores conflitos registados nos últimos anos surgiram de um défice de diálogo que se tornou crónico. Por isso, a Voz di Paz é um programa que visa os seguintes objectivos:

- Criar um quadro nacional de diálogo;
- Desenvolver um processo inclusivo para identificar:
 - As causas profundas e recorrentes de conflitos no país;
 - As ameaças à paz no curto e médio prazo;
- Contribuir para a criação de um ambiente propício para a prevenção e gestão de conflitos;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma boa governação, sensível às questões de consolidação da paz;
- Contribuir para a diminuição de tensões nas comunidades, regiões e entre os actores políticos e sociais;
- Reforçar as capacidades de diálogo a nível nacional e local reduzindo os riscos de conflitos;
- Estimular o uso da pesquisa-acção participativa na busca de soluções duráveis;
- Contribuir para o melhoramento das relações entre as Forças de Defesa e Segurança e a população em geral através de um processo de diálogo e reflexão;
- Desenvolver lições e ferramentas práticas para a consolidação da paz na Guiné-Bissau e na sub-região.



Esta nova abordagem é necessária, tendo em conta a profunda fragilidade da sociedade e crónica instabilidade no país. Os recentes acontecimentos violentos evidenciaram claramente que as causas profundas de conflitos permanecem ignoradas, o que continua a minar as bases de uma coexistência pacífica.

A iniciativa Voz di Paz tem uma abordagem holística que associa visões de curto, médio e longo prazo, para um estudo multidisciplinar das raízes históricas, sociais, políticas, económicas e culturais dos conflitos. Através do método participativo de pesquisa-acção, a iniciativa proporciona a implicação activa e inclusiva dos agentes primários de conflitos e dos potenciais construtores de uma paz durável. Esta metodologia foi originalmente desenvolvida para adequar a pesquisa académica às necessidades dos actores, e encorajando-os a participarem activamente na concepção da pesquisa, da metodologia e dos resultados almejados.

Princípios chaves do Programa (linhas directrizes)

Dissociando-se das abordagens de outras iniciativas, o programa visa criar ou ampliar o diálogo sobre as problemáticas essenciais para uma paz durável. Esta abordagem única insiste em dois elementos: “Como” o programa está implementado e “O que” está implementado, isto é, a técnica e a ferramenta.

Nesta ordem de ideias, cinco princípios básicos alicerçam o programa:

- 1) **Inclusividade** como garantia da não exclusão de nenhuma componente nacional, a fim de promover e assegurar a participação dos actores sociopolíticos chaves, das populações em geral de todas as regiões, fazendo atenção à sua especificidade nos conflitos e na construção de soluções pacíficas;
- 2) **A pesquisa participativa orientada para a resolução de conflitos**, como base de um processo de reflexão para a edificação de uma paz durável fundada no pleno conhecimento das causas, dos actores e das soluções adaptadas às realidades nacionais;
- 3) **A apropriação nacional** promovida como um processo de internalização da identificação dos problemas, da construção de soluções, da implementação das estratégias conducentes ao aprofundamento da cultura de paz sobre bases plenamente nacionais;
- 4) **A imparcialidade política** para escapar aos riscos de uma visão estreita baseada em preferências ideológicas, garantindo a identificação dos reais problemas nacionais com vista à procura de verdadeiras soluções nacionais;



5) **O respeito pela diversidade** como imperativo da participação mais ampla possível dos actores de diferentes sensibilidades e mesmo de sensibilidades contrárias, a fim de promover os valores da tolerância e do diálogo contraditório, mas pacífico.

A abordagem escolhida articula várias fases da pesquisa-acção participativa.

Fase 1:

Definição do quadro nacional de diálogo sobre as causas de conflitos e principais obstáculos à uma paz durável (2007-2009)

Processo de auscultação

Entre 2007-2009, a Voz di Paz convidou os Guineenses de todas as regiões a um exercício inédito para a identificação dos grandes desafios à paz no país. Mais de 3000 pessoas, nomeadamente representantes locais da sociedade civil, do Estado, de instituições privadas, tradicionais e religiosas, dos medias, particularmente das rádios comunitárias assim como membros dos Espaços Regionais de Diálogo, participaram em auscultações públicas em que a palavra foi totalmente livre. Nas forças de defesa e segurança mais de 1000 pessoas tiveram a oportunidade de se exprimir em painéis quer mistos quer específicos sobre os obstáculos à paz. Na diáspora guineense em Portugal, cerca de 200 participantes foram associados ao processo de escuta.

Todas as sessões de auscultações iniciaram com uma breve apresentação do Programa Voz di Paz. A equipa e os participantes identificaram em conjunto as expectativas, o que ajudou a criar um ambiente propício para debate, intercâmbio de ideias e reflexões sobre os desafios que o país enfrenta. Os participantes passaram por várias etapas de reflexões individuais e em grupos.

Depois de intensas discussões, foram efectuadas a consolidação por agregação de ideias similares ou convergentes e a hierarquização dos desafios por um sistema de pontuação individual, limitando o leque de escolha às três problemáticas mais candentes. Uma vez constituído o acervo dos obstáculos e estabelecida a hierarquia, a reflexão incidiu sobre as soluções e a contribuição específica de cada segmento social ou grupo socioprofissional para a consolidação da paz.

Resultados

Após um longo processo de auscultação pública que decorreu nos 38 sectores administrativos e todas as regiões do país, os resultados da recolha sobre as causas de conflitos foram resumidos em 17 temáticas agregadas em quatro grandes problemáticas: as nacionais, as regionais, as transversais e as emergentes.



PROBLEMÁTICA NACIONAL

- 1. Enfraquecimento do Estado e má governação**

O enfraquecimento do Estado aparece aos guineenses como a matriz de muitos problemas. Este sentimento é transversal a todas as camadas sociais e regiões geográficas. As manifestações do problema variam, no entanto, em função das regiões. A sua percepção também é modulada em função das camadas sociais. Para a maioria das pessoas auscultadas, a estrutura estatal está ausente, particularmente a nível local onde os serviços administrativos não funcionam. Esta situação criou, em todos os sectores administrativos, um vazio do poder, favorecendo a prevalência da desordem e outras consequências nefastas.
- 2. Pobreza**

A pobreza é um dos problemas mais referidos como factores de desarmonia no país. A sua percepção varia em função das regiões, da mesma maneira que mudam as percepções e a hierarquia das suas causas de uma região a outra. As recorrentes menções fazem deste fenómeno uma das mais estruturantes fontes de conflitos no país. No maior número de auscultações, a fome foi referida como uma preocupante causa de mal-estar social.
- 3. Má administração da justiça**

Os guineenses consideram a justiça como alicerce da paz. Todavia, a má gestão do sistema judicial conjugada à corrupção e impunidade generalizada, tornam-se obstáculos ao desempenho da função pacificadora.
- 4. Instabilidade política e institucional**

Muitos participantes atribuem a instabilidade do país à má compreensão do sistema pluralista que a Guiné-Bissau escolheu no início dos anos 90, apontando a proliferação de partidos políticos cujas actuações desvirtuam o sistema político e fomentam o seu funcionamento deficiente. Ademais, a maior parte dos auscultados estabelecem uma correlação entre a instabilidade política e institucional, e o desenvolvimento da corrupção e a gestão danosa do bem público.
- 5. Herança mal gerida da guerra de libertação nacional**

Muitas das divisões que hoje enfermam a sociedade têm raízes profundas nas lutas internas que marcaram o processo de libertação do país. As oposições entre campos serviram de fermentes a uma cultura de ódio e retaliações que desenvolveu os seus efeitos perversos no período da independência, aprofundando o fosso entre Guineenses que estiveram quer de lados opostos quer nas mesmas trincheiras.

PROBLEMÁTICA REGIONAL

- 6. Insegurança dos bens e das pessoas**

A insegurança é generalizada no país. Ela tem expressões variadas em função das realidades regionais. A proliferação das armas ligeiras lhe serve de sustento. Assim, ela transformou o roubo de gado num fenómeno nacional com consequências gravosas, cujos contornos sócio-culturais são ultrapassados pelas suas dimensões criminosas que envenenam as relações entre grupos étnicos. Assim também, o tráfico de droga e contrabandos de vários produtos incluindo as armas levam ao paroxismo os efeitos da insegurança.

7. Má gestão do espaço e dos recursos

Apesar de a Guiné-Bissau ter uma densidade populacional fraca, a utilização do espaço torna-se, cada vez mais, fonte de conflitos. A posse da terra, seu uso e sua gestão alimentam conflitos múltiplos tanto nas zonas rurais como nas áreas urbanas. O acesso aos recursos gera confrontos complexos, por vezes violentos, entre famílias, vizinhos, e grupo sócio-econômicos. A ausência de políticas racionalizando a utilização do espaço e dos recursos contribui para a agudização dos conflitos de interesses.

8. Práticas sócio-culturais nefastas

Esta temática reveste-se de aspectos múltiplos, tais como: a mutilação genital feminina, a feitiçaria, o casamento precoce ou forçado, o tráfico de crianças, e a exploração de alunos de escolas corânicas, os funerais dispendiosos, etc. O choque entre práticas culturais, crenças religiosas e tradições é considerado por muitos como uma das raízes de repetidos conflitos locais.

PROBLEMÁTICAS TRANSVERSAIS

9. Corrupção

Esta problemática é generalizada e atravessa todos os aspectos da vida social, econômica e política. Os participantes apontaram-na como uma das principais causas de ressentimento sobretudo contra a elite. Ela é considerada como a mãe dos males, geradores de instabilidade e de crise. A sua contribuição no aprofundamento da pobreza é denunciada como responsável do agravamento do mal-estar social.

10. Fraca cultura de diálogo

As relações conflituosas que se desenvolvem no país têm fundamentalmente a ver com um déficit de diálogo na sociedade. A chamada “cultura de matchundade” (machismo), leva muitos a preferir envolver-se em confrontos, mesmo violentos, em vez de procurar soluções baseadas no diálogo.

11. Perda de valores

A perda de valores e da moral é sublinhada como fonte de conflitos entre comunidades, famílias e gerações. As mudanças de mentalidade e comportamentos induzidas pela progressão de novos padrões culturais opõem cada vez mais as gerações e aumentam o mal-estar social.

12. Injustiça e exclusão social

Muitas transformações ocorridas desde o acesso à independência são vistas como promotoras de injustiça e divisões sociais que resultam em frustrações, contestações e ciúmes na origem de muitos conflitos. A exclusão e marginalização revestem-se, por vezes, de características físicas, tal como, no caso da região de Boé e das Ilhas que se sentem injustamente isoladas e prejudicadas.

PROBLEMÁTICAS EMERGENTES DE CONFLITOS

13. Intolerância religiosa

A questão da intolerância religiosa é uma realidade recente. Ela nasce de factores como a ignorância sobre as outras crenças ou a falta de

compreensão dos preceitos da sua própria fé. O potencial conflituoso das relações entre religiões tende a crescer devido às interferências com assuntos políticos.

14. Desertificação humana

O êxodo rural massivo que afecta certas regiões esvaziá-las da sua camada juvenil e cria pequenos desertos humanos onde novos tipos de conflitos nascem entre a minguante população autóctone e a crescente vaga de novos habitantes atraídos por novas oportunidades de trabalho e exploração de recursos. Esta problemática, ainda que localizada, gera conflitos intensos em torno do acesso aos recursos.

15. Tribalismo

As diferenças culturais e étnicas foram abafadas por longos anos em nome da unidade nacional. Porém, hoje, elas são utilizadas por fins políticos e servem de referência na árdua luta para o acesso a recursos raros. Elas aprofundam-se a amálgama entre problemáticas étnicas e religiosas, cristalizando assim incompreensões, radicalismos e ódios que enfraquecem a coesão nacional e dilaceram o tecido social.

16. Tráfico de droga

O tráfico de droga é um perigo particularmente desestabilizador para o país. O laxismo na aplicação das leis, a permeabilidade das autoridades à corrupção e a escassez dos recursos disponíveis para a luta contra o mal fazem desta problemática um novo flagelo altamente nocivo para o corpo social dentro do qual introduz novas divisões e novos conflitos.

17. Coabitação entre autóctones e alógenos

A questão da coabitação entre autóctones e alógenos é distinta da do tribalismo. Ela intervém sobretudo no que diz respeito aos forasteiros, sejam eles de regiões vizinhas ou de países vizinhos. Este tipo de conflito surge da concorrência no acesso aos escassos recursos de que os autóctones se consideram legítimos e exclusivos detentores.

As causas dos Conflitos na Guiné-Bissau: Voz di Paz

Este relatório reflecte ideias, opiniões e perspectivas exprimidas por milhares de participantes que tomaram parte nas sessões de auscultação sobre os obstáculos à paz na Guiné-Bissau. Ele dá um largo espaço a testemunhos e declarações dos participantes como ilustração das preocupações levantadas. A apresentação sintética agrupa as questões levantadas em quatro categorias: problemáticas nacionais, regionais, transversais e emergentes de conflitos na Guiné-Bissau.

Um suporte documentário em forma de vídeo (filme) espelha a essência das discussões e emoções que rodeiam as temáticas que estão no centro de interesse dos Guineenses.

Esperamos que o diálogo levado a cabo pelo programa irá continuar e servirá aos responsáveis (ou a quem de direito) nos seus esforços para introduzir as mudanças necessárias para o processo da paz e reconciliação nacional.



Fase 2: A validação do processo e a formulação de soluções para a paz (2009-2011)

Inicialmente, o programa tencionava organizar uma validação dos resultados das consultas num encontro nacional agendado para o mês de Março de 2009. Contudo, os acontecimentos trágicos que marcaram este período¹ e o ambiente político deletério que se estabeleceu no país, levaram a uma mudança de estratégia e à escolha de encontros regionais de validação.

Esta ideia, algo original, tornou-se um sucesso. O processo regional encorajou e permitiu a participação massiva da população no debate que confirmou e hierarquizou as causas de conflito. Os encontros de validação reuniram mais de 6000 guineenses em todo o país, e permitiram recolher a variação das sensibilidades regionais acerca das causas de conflitos.

Esta modulação da percepção dos conflitos e suas causas, pôs em evidência a multiplicidade dos pontos de vista ao mesmo tempo que mostrou as convergências sobre a hierarquia das grandes temáticas geradoras de conflitos. Assim, ao hierarquizar as dezassete maiores temáticas de conflitos identificadas, as populações classificaram nos quatro primeiros lugares:

1. **O enfraquecimento do Estado e má governação;**
2. **A pobreza;**
3. **A má administração da justiça**
4. **O tribalismo**

Devido à sua originalidade e importância, este processo de validação regional é descrito e analisado num relatório separado que complementa o presente.

Em seguida, o Programa Voz di Paz concentrar-se-á sobre o estudo das raízes profundas das problemáticas de conflitos identificadas com vista à formulação de soluções que contribuam para a consolidação da paz. A abordagem utilizada visa a apropriação mais alargada possível do processo pelos próprios actores sociais, a fim de construir, a nível regional e nacional, consensos em torno das soluções identificadas.

Um dos instrumentos desta metodologia, serão os grupos temáticos de reflexão, que servirão de laboratórios para o aprofundamento do conhecimento das causas de conflito e as propostas de soluções. Os resultados saídos destes laboratórios de ideias serão por sua vez validados em todos os sectores e camadas sociais da Guiné-Bissau, consolidando assim a dinâmica interactiva e iterativa iniciada pelo Programa Voz di Paz.



INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

1.1 *Antecedentes conflituosos na Guiné-Bissau: sinopse dos episódios violentos*

A história da Guiné-Bissau no decurso das quatro últimas décadas foi marcada essencialmente por episódios violentos. Esta sucessão de episódios violentos conferiu-lhe características particulares tanto no plano político e social como cultural. O atraso económico e a pobreza são igualmente consequências desta história de violência.

Com efeito, o nascimento da Guiné-Bissau como Estado independente é o resultado de 11 anos de guerra contra a dominação estrangeira. Após esta guerra de libertação nacional que durou de 1963 a 1974, o país acedeu à independência carregando profundas sequelas económicas, infraestruturais, humanas, sociais, etc. Daí resultou um difícil processo de reconstrução nacional. Todavia, o contexto internacional em que se inscreveu o acesso à independência, e que era marcado pelas lutas ideológicas entre o campo capitalista e o bloco comunista, não favoreceu nem a reconstrução nacional nem a reconciliação entre guineenses de diferentes sensibilidades. Assim, as depurações que se seguiram à libertação do país acrescentaram-se às feridas da própria guerra; os excessos dos vencedores atizaram os ressentimentos dos vencidos, nomeadamente os antigos auxiliares locais do sistema colonial.¹

A luta pelo poder que marcou os primeiros anos de independência implicou também um longo cortejo de violências. Foi assim que se sucederam vários ciclos de repressão na sequência de denúncias de tentativas de golpe de Estado. O mais importante destes ciclos dizimou uma grande parte da hierarquia militar em 1985/86. Este episódio repressivo, conhecido por «Caso 17 de Outubro», influenciou profundamente a evolução posterior do país devido ao seu carácter massivo, repentino e brutal, à sua conotação étnica, ao perfil histórico das suas vítimas, na sua maioria figuras históricas da luta de libertação nacional, à sorte cruel reservada a certas vítimas e ao ressentimento incrustado em largos segmentos da população durante as décadas seguintes.²

Em 1998 eclodiu a maior das crises de violência, conhecida como «Guerra de 7 de Junho». Ela durou 11 meses, pondo frente a frente quase todos os antigos companheiros de armas num conflito fratricida que se estendeu até 7 de Maio de 1999.³ Esta crise político-militar, de uma

¹ Ao tomar o controlo do país em 1974 após a retirada da administração e das tropas portuguesas, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) reprimiu grupos civis e militares conotados como auxiliares da dominação colonial. Este episódio suscita ainda muita polémica quanto aos motivos, aos métodos, à envergadura, pertinência, utilidade e finalidade. Este episódio sombrio deixou rancores tenazes que foram abafados ao longo dos anos de dominação exclusiva do PAIGC, mas se exprimiram abertamente com o reconhecimento da liberdade de expressão nos anos 1990.

² O facto de a maioria das vítimas serem da etnia balanta, fortemente representada nas fileiras das forças armadas por terem massivamente participado na luta de libertação nacional, deu uma tónica étnica a este episódio. Falou-se de tentativa de golpe de Estado balanta e, correlativamente, de repressão anti-balanta.

³ A 7 de Junho de 1998 iniciou-se um episódio de dito de tentativa de golpe de Estado que se converteu numa rebelião dirigida pelo Brigadeiro Ansumane Mané, apoiado por um pequeno grupo de fiéis. Este episódio, motivado por um jamais elucidado caso de tráfico de armas para o movimento independentista da Casamança, se

Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

envergadura jamais igualada na história da Guiné-Bissau independente, provocou a maior acumulação de rancor entre os guineenses nos últimos anos. Os seus efeitos foram altamente destruidores. Ela fez milhares de mortos, mas o balanço das baixas humanas continua até hoje incerto. Ela aniquilou boa parte das infra-estruturas da capital e interrompeu os esforços destinados a restabelecer o crescimento económico após longos anos de maus desempenhos, aprofundou a miséria, e rompeu os frágeis equilíbrios sociais laboriosamente construídos. Esta guerra deixou profundamente debilitadas as instituições do Estado e instalou uma crónica instabilidade política que se alimenta de todo o processo de decomposição do aparelho do Estado, da economia e da sociedade.

A guerra de 1998-99 dividiu as forças de defesa e segurança em facções opostas que se combateram noutros episódios violentos que se sucederam como repercussões deste sismo maior sem precedentes. Assim, o período 2000-2009 registou uma sucessão de crises político-militares: golpe de Estado e tentativas de golpe de Estado, levantamentos, assassinatos, etc. Foi um período de frequentes intrusões militares no cenário político, pois a guerra restabeleceu os militares como actores políticos de primeiro plano.



A caminho da ilha de Komo

A longa série de acontecimentos violentos desestabilizou duravelmente o país. A marcha caótica registada ao longo dos dez anos que se seguiram à guerra ilustrou sobejamente a dificuldade de se encontrar um rumo para a paz. As variadíssimas experiências registadas, as movimentações

alastrou, assumindo os contornos de uma guerra civil com intervenções de tropas estrangeiras do Senegal e da Guiné-Conakry ao lado do presidente João Bernardo Vieira, assim como de tropas de interposição (Ecomog) da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Esta guerra civil deixou traços profundos de divisão dos Guineenses e iniciou um longo período de instabilidade.



Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

erráticas registadas com a reabilitação de personalidades ora vilipendiadas, ora enaltecidas como salvadores, desnortearam totalmente os cidadãos entregues a dúvidas sobre o futuro do país.



A caminho da sessão de auscultação com carreta de burro, táxi de Farim

Como resultado desta história de violências e das conseqüentes incertezas que envolvem o futuro, o país depara-se com:

- Um elevado índice de pobreza devido ao mau desempenho da economia;
- Uma instrumentalização do Estado ao serviço de estratégias de sobrevivência material;
- Uma má governação cujos efeitos contribuem para a persistência dos conflitos, o aprofundamento da pobreza e a dilaceração do tecido social;
- Conflitos incessantes entre grupos engajados numa corrida desenfreada para o controlo dos magros recursos do Estado, principal fonte de enriquecimento;
- Uma fragilidade das instituições afectadas pelos disfuncionamentos políticos;
- Uma intrusão recorrente dos militares na cena política, com a conseqüente subversão da ordem republicana e o aumento do potencial de violência nos conflitos políticos;
- Uma precariedade geral do país à mercê de eventuais sobressaltos que poderiam empurrar a sociedade para um novo ciclo de violência, com conseqüências desastrosas para a sub-região;

- Uma instrumentalização das afinidades étnicas na competição política que põe em causa o equilíbrio do mosaico de povos e culturas que é a Guiné-Bissau.
- Um défice de diálogo construtivo para reduzir as tensões e criar as bases de uma convivência social harmoniosa.



O círculo de diálogo em Contuboei

1.2 Antecedentes da construção da paz e experiências em curso

Entre os antecedentes e as experiências em curso figuram:

- *Gorée 1* e *Gorée 2*, dois encontros da classe política e da sociedade civil organizados pelo Instituto de Gorée para reflectir sobre as possíveis saídas de crise após o golpe de Estado de 2003;
- *Estados gerais*, uma tentativa de promoção de um debate nacional em torno de temas geradores de conflitos lançada por um grupo de cidadãos que procuram soluções baseadas num compromisso político e social;
- *Cidadãos de boa vontade*, uma iniciativa que congrega cidadãos independentes, que gozam de um certo prestígio social que lhes permite intervir como mediadores em conflitos de várias ordens e fazer intervenções diversas a favor da paz;



Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

- *Combersa pa paz*, uma iniciativa lançada pela ONG Al Ansar em parceria com Alternag para desenvolver actividades de sensibilização para a paz e a segurança na zona norte do país, por causa da influência do conflito em curso na Casamança, no sul do Senegal;
- *Movimento da Sociedade Civil para Paz, Desenvolvimento e Democracia*, uma estrutura de intervenção de várias componentes da sociedade civil que funciona como grupo de pressão e intermediação nas situações potencialmente geradoras de conflitos;
- *Comissão de Reconciliação das Forças Armadas*, uma iniciativa destinada a consolidar a reunificação e a paz nas forças de defesa depois da divisão provocada pela guerra civil de 1998-99;
- *Comissão Justiça e Paz*, uma estrutura da Igreja Católica que se dedica à promoção dos valores de justiça e paz;
- Conferência nacional *Caminhos para a reconciliação, paz e desenvolvimento*, lançada pela Assembleia Nacional Popular e o Presidente da República para levar os guineenses a um reencontro susceptível de abrir novas vias para a consolidação da paz;

Várias iniciativas de jovens, mulheres e religiosos para promover a paz.



Vista parcial do painel em Tite



1.3 Necessidade de uma nova abordagem

Face ao contexto, e tendo em conta as experiências anteriores e em curso, impõe-se a necessidade de uma abordagem nova para apoiar a consolidação da paz e da estabilidade como condições prévias de um desenvolvimento pós-conflito durável e da prevenção de conflitos violentos.

Esta nova abordagem parte da constatação de uma fragilidade e uma instabilidade crónicas do país cuja evolução conturbada após o conflito do 7 de Junho mostra claramente que as causas profundas de conflitos permanecem caladas, ignoradas ou inexploradas, e continuam minando as bases de uma convivência pacífica. Ela inscreve-se numa dinâmica holística que associa visões de longo, médio e curto prazo, numa exploração multidisciplinar das raízes históricas, sociais, políticas, económicas, culturais e outras, dos conflitos. Ela desenvolve-se por meio de uma pesquisa-acção que proporciona uma participação activa e inclusiva aos actores dos conflitos e potenciais construtores de uma paz duradoura.



Ausculção em Farim, Amadu Djamanca



1.4 Apresentação sumária do conteúdo do documento

O presente documento está articulado em quatro capítulos.

No primeiro, referente à Iniciativa Voz di Paz face à problemática da paz na Guiné-Bissau, faz-se uma apresentação sucinta do programa, do carácter novo e original da abordagem baseada na pesquisa-acção, das etapas e suas características, da metodologia, suas especificidade e



modulações, e põe-se em relevo um instrumento essencial que é a fase das auscultações, cujos resultados são expostos nos capítulos seguintes.

Bracia Na Tchom, Comandante da Marinha de Cacheu

O segundo capítulo apresenta a substância das problemáticas levantadas pelas populações que se exprimiram ao longo de 10 meses de encontros de auscultação realizados em todo o país. Estas problemáticas, que constituem as causas e a geografia dos conflitos no país, são apresentadas em quatro subcapítulos:

- **As problemáticas nacionais de conflitos tais como:**

Enfraquecimento do Estado e má governação

Pobreza

Má administração da justiça

Instabilidade política e institucional



Herança mal gerida da guerra de libertação nacional

- **As problemáticas regionais de conflitos, nomeadamente:**
 - Insegurança dos bens e das pessoas
 - Má gestão do espaço e dos recursos
 - Práticas socioculturais nefastas
- **As problemáticas transversais de conflitos, mormente:**
 - Corrupção
 - Fraca cultura de diálogo
 - Perda de valores
 - Injustiça / exclusão social
- **As problemáticas emergentes de conflitos, designadamente:**
 - Intolerância religiosa
 - Desertificação humana
 - Tribalismo
 - Tráfico de droga
 - Coabitação entre autóctones e alógenos

O terceiro capítulo constrói a genealogia das principais problemáticas descritas. O quarto identifica os principais actores de conflitos, nomeadamente agricultores, criadores de gado, ladrões de gado, forças de defesa e segurança, instituições do Estado, políticos, etc. Ele traça os perfis destes actores, identifica as suas motivações e analisa os seus papéis respectivos em função das conjunturas conflituosas. Dada a importância dos dados recolhidos e dos testemunhos, o documento comporta um acervo de ilustrações iconográficas e textuais, um florilégio de declarações marcantes participantes nas auscultações, uma lista de participantes assim como outros elementos relativos ao processo de realização das auscultações.



Auscultação em Pirada



Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

Voz di Paz: uma nova abordagem



2. VOZ DI PAZ FACE À PROBLEMÁTICA DA CONSTRUÇÃO DA PAZ

2.1 *Breve apresentação da Voz di Paz*

Voz di Paz é um programa de pesquisa-acção concebido para responder aos desafios da criação de um ambiente de paz duradoura na Guiné-Bissau. O programa tira a sua pertinência da urgente necessidade de instaurar um diálogo alargado entre os guineenses, cujos maiores conflitos nos últimos anos foram engendrados pelo défice de diálogo. Nesta perspectiva, Voz di Paz é uma praxis da pesquisa-acção para:



Auscultação em Tite

Criar um quadro de diálogo nacional e desenvolver um processo inclusivo para identificar as causas profundas de conflitos recorrentes no país, e as ameaças à paz a curto e médio prazo;

Contribuir para criar um ambiente propício à prevenção e gestão de conflitos;

Contribuir para o desenvolvimento de uma boa governação sensível à problemática da consolidação da paz;

Contribuir para reduzir a degradação das relações entre as comunidades, as regiões e os actores sociais e políticos;

Reforçar as capacidades locais e nacionais de diálogo para reduzir os riscos de conflitos e estimular a procura de soluções duráveis baseada na pesquisa participativa;



Contribuir para amenizar as relações entre as Forças de Defesa e Segurança e a população através de um processo de diálogo e reflexão;

Desenvolver lições e ferramentas práticas para a consolidação da paz na Guiné-Bissau e na sub-região.

Para levar a cabo a sua tarefa, Voz di Paz dotou-se de estruturas tais como:

Um Comité de Orientação, órgão investido de dar a caução política e moral, facilitando o seu bom desenrolar, aprovando as suas orientações garantindo o engajamento das autoridades no processo participativo de Voz di Paz, velando pelo respeito dos princípios de inclusividade, imparcialidade e diversidade.

Um Comité de Pilotagem, órgão central de implementação técnica do programa Voz di Paz, composto por uma equipa de especialistas escolhidos numa base de multidisciplinaridade, que trabalha em concertação com o Comité de Orientação.

Espaços Regionais de Diálogo, grupos de cidadãos escolhidos em função do seu comprometimento ao serviço da paz, da sua influência local ou nacional e sua experiência na resolução de conflitos, respondendo a exigências de idoneidade e representatividade da diversidade nacional, actuando como embaixadores da paz sob a orientação do Comité de Pilotagem, servindo de elo de ligação com a população na base, com vista ao enraizamento durável do processo de consolidação da paz. Enquanto inovação concebida por Voz di Paz, o Espaço Regional de Diálogo é o motor da apropriação de Voz di Paz pelas populações.

Grupos Multidisciplinares de Trabalho integrados por especialistas e pessoas-recurso, que colaboram com o Comité de Pilotagem.

2.2 Novidade da abordagem: a pesquisa-acção

A estratégia de intervenção procura adaptar-se o mais possível às especificidades da Guiné-Bissau, explorando as forças susceptíveis de maximizar os ganhos em matéria de adesão voluntária e reflectida aos objectivos de enraizamento da paz. Para isso, a estratégia dá lugar à mais ampla participação possível de todas as componentes da nação num processo de diálogo inclusivo baseado na utilização estratégica e sistemática da pesquisa participativa. Em virtude do princípio da inclusividade,



Auscultação em Bafatá

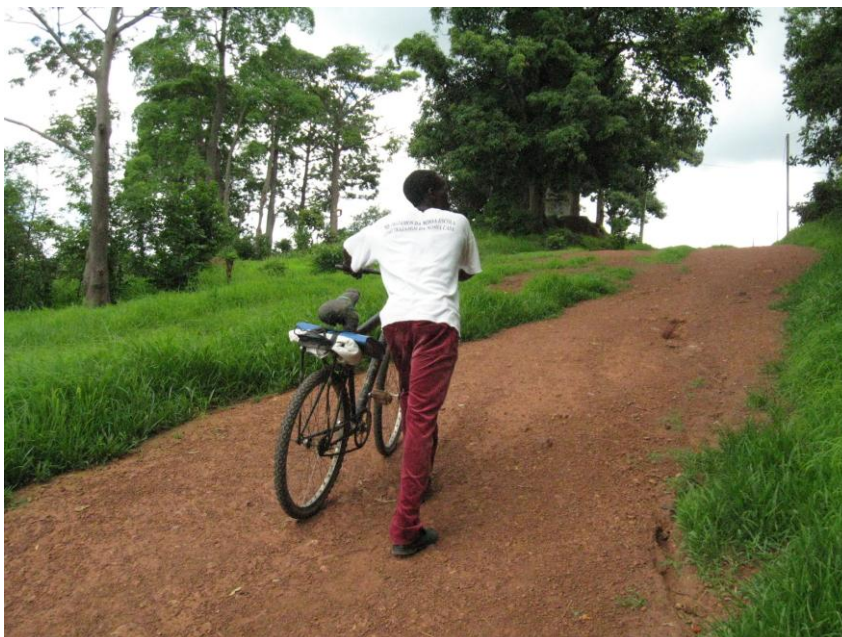


Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

a implementação da pesquisa-acção através destes instrumentos permanece aberta a todas as experiências que forem desenvolvidas em favor da paz. Assim, são tomadas em consideração as iniciativas já em curso e futuras que emanem de todas as instâncias nacionais e internacionais para a consolidação e a construção da paz.

A implementação do programa utiliza uma abordagem participativa baseada em princípios tais como:

- **a *inclusividade*** entendida como a garantia da não exclusão de nenhuma componente nacional, a fim de promover e assegurar a participação dos actores sociopolíticos chaves, das populações em geral, de todas as regiões, fazendo atenção à sua especificidade nos conflitos e na construção de soluções pacíficas;
- **a *pesquisa participativa*** orientada para a resolução de conflitos, como base de um processo de reflexão para a edificação de uma paz durável fundada no pleno conhecimento das causas, dos actores e das soluções adaptadas às realidades nacionais;
- **a *apropriação nacional*** promovida como um processo de internalização da identificação dos problemas, da construção de soluções, da implementação das estratégias conducentes ao aprofundamento da cultura de paz sobre bases plenamente nacionais;
- **a *imparcialidade política*** que permite escapar aos riscos de uma visão estreita baseada em preferências ideológicas, e que garante a identificação dos reais problemas nacionais com vista à procura de verdadeiras soluções nacionais;
- **o *respeito pela diversidade*** como imperativo para a participação o mais ampla possível dos actores de diferentes sensibilidades e mesmo de sensibilidades contrárias a fim de promover os valores da tolerância e do diálogo contraditório mas pacífico.



*A caminho da
auscultação em
Bambadinca*



Esta abordagem participativa garante:

- uma boa mobilização de recursos humanos qualificados como uma fonte de informações de qualidade e de soluções apropriadas;
- uma ampla consulta dos actores através de um diálogo sistemático sobre uma visão nacional da paz;
- uma constante integração e interacção entre os diferentes níveis de implicação e de responsabilidade, como uma forma de aprendizagem e de enriquecimento mútuo para as partes envolvidas na construção e a manutenção da paz;
- a criação de um consenso sobre as problemáticas, os objectivos e as opções de saída da crise com vista a construir uma paz durável sobre um entendimento partilhado e engajamentos comuns;
- a apropriação das soluções escolhidas por todos os actores, e o seu engajamento em favor do desenvolvimento da cultura de paz.

2.3 Etapas do programa

O programa está dividido em três fases:

- Uma fase de diálogo sobre as causas de conflitos para a definição do quadro de um diálogo nacional; ela permite realizar uma profunda e alargada auscultação das populações sobre os obstáculos à paz no país; o produto desta fase é a definição de uma genealogia e uma geografia dos conflitos no país;
- Uma fase de diálogo sobre as soluções apropriadas às causas de conflitos identificadas; ela permite levar a cabo uma profunda pesquisa participativa sobre as genealogias dos conflitos, proporcionando um diálogo nacional alargado com vista à construção de um consenso sobre visões partilhadas, vias desejáveis e meios realistas para o enraizamento da paz no país;
- Uma fase de apoio à implementação das soluções de paz consensualmente delineadas pelo processo participativo, que permite congrega os actores chaves dos problemas numa perspectiva de implementação de soluções consensualmente escolhidas.



2.4 Metodologia: suas especificidades e modulações

Os instrumentos metodológicos utilizados na abordagem Voz di Paz são:



A caminho da auscultação em Cossé

- encontros-debate para garantir a apropriação do processo de construção da paz alargando o seu alcance a todas as categorias de actores;
- ateliers de especialistas e de grupos-alvo com grupos sensíveis e intervenientes tanto nas tensões conflituais como no processo de construção da paz (partidos políticos, militares e para militares, etc.);

- seminários de validação através das sessões de restituição;
- inquéritos participativos realizados por especialistas reunidos em grupos multidisciplinares;
- pesquisa e comunicação audiovisual baseada no suporte das tecnologias da informação e comunicação.

2.5 Auscultações e os seus objectivos

Os objectivos fixados para as sessões de trabalho denominadas «*Auscultação ao nível central*» são:

- Estabelecer um diálogo franco e construtivo com os segmentos importantes da sociedade escolhidos em função das suas capacidades e influência a favor da paz;
- Identificar as raízes dos conflitos recorrentes que assolam o país e hipotecam o seu futuro;
- Procurar vias consensuais de soluções duradouras, privilegiando para a acção as capacidades de intervenção e as especificidades de cada segmento social alvejado;
- Reforçar a abrangência da apropriação nacional, considerada fundamental para o sucesso do programa;
- Estimular o intercâmbio e a partilha de ideias sobre a paz entre membros do mesmo grupo social ou socioprofissional.



A metodologia adoptada para alcançar os objectivos definidos foi intensamente participativa. O desenrolar das sessões comportou:

- Uma apresentação sucinta do Programa Voz di Paz, seus objectivos, estratégias e estrutura;
- A introdução dos objectivos e metodologia do atelier;
- A identificação dos participantes e das suas expectativas, assim como a criação de um ambiente de intercâmbio de ideias;



Auscultação em Bambadinca

- A criação de grupos de trabalho equilibrados para a reflexão paralela sobre as mesmas temáticas: origens de conflitos na Guiné-Bissau, vias possíveis de resolução dos conflitos identificados, contribuição específica do grupo social ou socioprofissional para a resolução de conflito e a consolidação da paz.

Nos diferentes grupos, os participantes tiveram várias etapas de reflexão:

- Uma introspecção (individual) sobre as origens dos conflitos e os obstáculos à paz;
- Uma exposição sintética (uma a cinco palavras) por escrito (sobre papelinhos) das ideias mestras;
- A explicação das ideias ambíguas ou ambivalentes para o estabelecimento de um entendimento comum;
- A discussão das ideias pelos participantes;



Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

- A consolidação, por agregação, das ideias similares ou convergentes;
- A hierarquização das ideias consolidadas por um sistema de pontuação individual, limitando o leque de escolha às três maiores ideias.



Adjas na auscultação em Cossé

Uma vez constituído o acervo dos obstáculos e estabelecida uma hierarquia, a reflexão incide sobre as soluções e a contribuição específica de cada segmento social ou grupo socioprofissional para a consolidação da paz, seguindo as mesmas etapas percorridas para a identificação e hierarquização dos obstáculos.

A última fase da auscultação é a restituição, em sessão plenária, dos trabalhos feitos pelos diferentes grupos. A discussão dos resultados de cada grupo conduz a uma síntese que é o reflexo do olhar específico do segmento social ou grupo socioprofissional sobre a paz no país.

Os actores sociais e profissionais auscultados são: os jornalistas, a sociedade civil, as mulheres e os jovens.



RESULTADO DAS AUSCULTAÇÕES



3. RESULTADO DAS AUSCULTAÇÕES: CAUSAS E GEOGRAFIA DOS CONFLITOS NA GUINÉ-BISSAU

3.1 AS PROBLEMÁTICAS NACIONAIS

3.1.1 *A problemática do enfraquecimento do Estado*

O enfraquecimento do Estado aparece aos guineenses como a matriz de muitos problemas. Este sentimento é transversal a todas as camadas sociais e regiões geográficas. As manifestações do problema variam, no entanto, em função das regiões. A sua percepção também é modulada em função das camadas sociais.



Sede da Administração Sectorial, Bubaque



A primeira manifestação assinalada pelas populações nas regiões é o definhamento das estruturas do Estado na base. Assim, o Comité de Tabanca⁴, que nos primeiros anos da independência levou ao nível da base a presença do Estado, aproximando-o do cidadão das regiões mais longínquas, estiolou-se ou, quase, extinguiu-se. Este desaparecimento progressivo do Estado em muitas áreas geográficas, sobretudo na base, é sentido de forma muito negativa nas zonas mais afastadas dos centros de decisão. Ele acresce o sentimento de isolamento.

O fenómeno não se limita ao Comité de Tabanca; ele atinge também as secções administrativas. Estas se limitam doravante a uma tacanha função simbólica de representação do Estado. Mas esta função está enfraquecida pela escassez de meios postos à disposição dos administradores de secções, o que acaba por desacreditar a instituição que são supostos representar, fazendo valer a sua autoridade. Por conseguinte, mesmo esta presença simbólica do Estado nas secções administrativas é vista como um sinal de debilidade, pois os representantes do Estado não têm ao seu dispor meios suficientes para desempenhar dignamente o papel que lhes é atribuído por lei. Os primeiros signos apontados pelos próprios populares é a degradação das infra-estruturas das repartições da administração local tanto nas secções como nos sectores e nas regiões. O exemplo mais caricato desta degradação das infra-estruturas foi dado em Bubaque por uma participante que declarou na sessão de auscultação:

«Com todo o imposto pago pela população, é estranho que não se possa fazer a manutenção do edifício da Administração. Ninguém pode exercer funções de direcção debaixo da chuva. Reparem o edifício da Administração, cujo tecto deixa entrar água nos gabinetes»⁵

Assim, nas regiões o Estado quer desaparece ao nível da base, quer é banalizado e incapacitado pela escassez dos meios de acção. Várias sessões de auscultação revelaram a acuidade deste fenómeno, nomeadamente em Caió, Sonaco, Tite, Bubaque, Catió, Iemberém, Komo, Buba e Pirada.

A presença do Estado em Komo

Komo é o sector onde nasceu o Estado guineense. Se o Estado guineense foi proclamado a 24 de Setembro de 1973 em Lugadjol, nas colinas de Boé, ele nasceu em Komo, pois é a ilha em que a autoridade exclusiva do PAIGC se estabeleceu depois da primeira grande derrota das tropas coloniais portuguesas. Assim, ao mesmo título que Boé, Komo é um berço do Estado guineense. Mas, actualmente, é o sector onde a presença do Estado está reduzida à sua mais simples expressão. Quem chega à «praça» de Komo tem grandes dificuldades em identificar a presença do Estado além do simbólico escrito «Comité de Estado», que permite saber que o edifício tacanho que tem as aparências de uma pacata loja de tabanca é a sede do poder estatal. Aliás, tanto os escritórios como a residência do administrador estão reunidos nas quatro paredes rectangulares. Se existe um mastro, a bandeira do Estado não está içada.

⁴ Tabanca é a designação da aldeia em crioulo. O Comité de Tabanca é a representação do Estado ao nível da base.

⁵ Maria Uducuré, ex-deputada do PAIGC nos anos do regime de partido único, líder de opinião na Ilha de Uno; Bubaque, 24 de Maio de 2008.

Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

Face ao Comité de Estado está o segundo mais evidente signo da presença do Estado: o centro de saúde de Komo. Quanto à maior escola primária, ela está ainda em construção, também nas imediações do Comité de Estado. A «esquadra» da polícia, albergada no próprio edifício do Comité de Estado, está limitada a um (1!) agente nesta ilha em que há enormes problemas de furto de gado, como foi revelado na escuta da população. Assim, num raio de 300 metros estão concentrados, numa espécie de miserável «guichet único», todos símbolos da magra presença do Estado na primeira ilha libertada do país.

Além da banalização do Estado, uma consequência do definhamento das estruturas estatais a nível local é o isolamento de secções, sectores e mesmo regiões do conjunto nacional. O exemplo emblemático é o Sector de Boé. Neste sector, o desaparecimento do Estado na base confinou as populações a uma situação de marginalização crescente.

A auscultação realizada em Tchetché, no sector de Boé, foi marcada pelo peso do sentimento de marginalização desta área. Este processo e sentimento são agravados pelo facto de esta zona ter sido o berço da independência do país. O choque entre o papel histórico desempenhado pela zona geográfica e a quase ausência do Estado cria um sentimento de revolta que leva a uma espécie de rejeição do Estado guineense, considerado como ingrato com a região que tanto o serviu e incapaz de satisfazer as aspirações de integração de uma parte dos guineenses no conjunto nacional. Daí uma aproximação cada vez mais estreita entre este sector e as regiões vizinhas de Guiné-Conakry. Um participante na sessão de escuta realizada em Tchetché, no sector de Boé, lamentou:

«Das doze tabancas da secção de Guiledje, eles (os jovens) saem e vão procurar trabalho na Guiné-Conakry. Isso porquê? Porque não encontram nada válido no nosso lado, desde sal até cama.»⁶



*Residência do
Administrador, Tite*

⁶ Tcherno Aliu Baldé, imame; Tchetché, 14 de Junho de 2008.

O sinal mais notável do afastamento do conjunto nacional é que a maior parte dos habitantes do sector de Boé não têm registo de nascimento que os identifique como cidadãos nacionais.

Assim, o sentimento de isolamento mistura-se com uma distanciação crescente do próprio país, em proveito de laços mais fortes com um país vizinho.

Esta marca caricatural do definhamento do Estado a nível local é, aliás, portadora de problemas importantes para o futuro, devido à construção de laços alternativos com uma outra nação. Quais poderiam ser as consequências a médio e longo prazo para a própria soberania do Estado guineense sobre esta região fronteiriça?

O mesmo fenómeno acontece com outras regiões fronteiriças, a uma escala menor, mas com uma realidade que pode crescer, criando laços alternativos com o Senegal nas fronteiras norte do país.

De maneira geral, o sentimento exprimido e a realidade vivida pelas populações evidenciam uma ausência cada vez mais sentida da autoridade do Estado que dá um sinal claro do seu enfraquecimento profundo que confina com a banalização.

3.1.2 *Pobreza*

A pobreza é um dos temas mais citados como factores de desarmonia no país. A sua percepção varia em função das regiões, da mesma maneira que mudam as percepções e a hierarquia das suas causas de uma região a outra. Com certeza, as recorrentes menções fazem deste fenómeno uma das mais estruturantes fontes de conflitos no país. O provérbio «Em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão» foi variadíssimas vezes citado para mostrar que o crescente desassossego na Guiné-Bissau tem a ver com a indigência crónica da sua população. Em função das regiões, a pobreza foi mencionada com variadíssimas facetas.

No maior número de auscultações foi referido o fenómeno da **fome**. Esta foi salientada como causa importante de mal-estar nas sessões de escuta em localidades tão variadas como lembém (sul), Pitche, Gabú, Bafatá, Boé, Sonaco, Pirada, Cossé, Bambadinca (leste), Farim, Mansoa, Nhacra, Bissorã (norte - Oio), Calequisse, Caió (norte - Cacheu). A longa lista das ocorrências mostra o carácter nacional do fenómeno. «Em todos os sítios do mundo, a fome é uma das causas da guerra. Os conflitos nascem da fome», referiu um representante dos pescadores do Rio Geba (leste - Bafatá), deplorando a evolução catastrófica dos rendimentos da pesca e da dieta.

As populações que falam da fome relacionam-na com a perda do poder de compra nas zonas urbanas, devido ao empobrecimento dos funcionários fustigados pela insuficiência e irregularidade dos salários, o êxodo rural que despovoou os campos e sobrepovoou as cidades, a emigração que leva para fora a força de trabalho dos jovens, a penúria alimentar que emerge nas zonas rurais



Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

devido à degradação do meio ambiente (salinização das bolanhas, fraca pluviosidade, degradação das florestas, empobrecimento das terras e conseqüente baixa de rendimento, etc.), a precariedade das famílias submetidas ao regime de uma única refeição diária, o chamado «um tiro».



Quartel de Tite

No rol das causas da fome sobressai o fenómeno da destruição das bolanhas devido à falta de manutenção, desmatção do mangal, invasão da água salgada, etc. Esta evolução é grave porquanto aumenta a precariedade da população, mas também toca um produto que ocupa um lugar central tanto na refeição como no imaginário do guineense: o arroz. As auscultações feitas em Mansoa, Calequisse, Cossé, São Domingos, Cumura e Quinhamel deram destaque ao impacto da destruição das bolanhas na perda da soberania alimentar. «As bolanhas ficaram nas mãos dos idosos», deplorou, em Catió, um *homem-garandi*, que sublinhou o peso do êxodo e da emigração na degradação da orizicultura.

Aquilo que é chamado de «fuga dos jovens para as cidades» foi destacado por muitas intervenções, nomeadamente em Catió, Komo (sul), Cossé, Pitche, Sonaco (leste) e Calequisse (norte - Cacheu), como um flagelo que contribui para o empobrecimento das zonas rurais, privando-as de força de trabalho.

Labur e kebur em Cossé

Em Cossé um homem-grande apresentou a situação da seguinte maneira: Os nossos filhos já não querem trabalhar a terra. Passam o dia a beber wargá (chá) ou a consumir outros produtos proibidos, tipo droga. Muitos migram para a cidade. Quando chega o tempo da lavoura, não comparecem. São os pais que devem compor a lavoura com as suas fracas forças e semear, por exemplo o milho. Mas, mal o milho chega à maturidade,



os filhos, ora ausentes, apresentam-se com facas nas mãos para cortar as espigas, põ-las em sacos e levá-las para Bissau para ganhar dinheiro. Doravante os jovens não trabalham. São os velhos que trabalham e os filhos comem o fruto do labor dos idosos.

Para algumas regiões, a pobreza está relacionada com a falta de infra-estruturas de qualidade. Assim, as populações do sul salientaram unanimemente o martírio que constitui a ausência de estradas de boa qualidade, que encerra as regiões no isolamento económico. Este isolamento é quase total em algumas áreas como as ilhas de Komo e Caiar que, na auscultação realizada em Komo, dedicaram a maior parte das intervenções ao encravamento como factor de pobreza e mesmo de desconexão das perspectivas de desenvolvimento, pois o peso do isolamento impede a valorização das potencialidades locais, e priva a área do acesso a serviços básicos tais como a saúde primária e a escola.

Em geral, a falta de infra-estruturas foi tida em todas as auscultações das regiões sul do país (Quinara, Tombali, Bolama-Bijagós) como uma das causas maiores de pobreza. A drástica diminuição da produção de arroz no sul do país, ainda considerado como celeiro nacional, está, na perspectiva dos participantes nas auscultações, ligada ao isolamento geográfico que condena à marginalização económica, pois quem não tem vias de escoamento dos produtos não pode aumentar a produção sem riscos de ver os seus produtos apodrecer por falta de vias e meios de acesso aos compradores. Em certas áreas do norte e leste (Ganadu e São Domingos) a problemática das estradas mal adaptadas às necessidades de conexão com o resto do país foi recorrentemente assinalada como um factor de pobreza, acarretando mal-estar social e descontentamento político.

Ao isolamento e encravamento está ligada uma outra faceta da pobreza muito ilustrada pelos participantes. Trata-se da tão deplorada má valorização dos produtos nacionais. Ela foi repetidamente discutida em auscultações tão diversificadas como: leंबरém, Buba, Fulacunda (sul) Ganadu, Cossé, Gabú, Pirada, Sonaco, Pitche (leste). A este respeito, o primeiro factor que contribui para a não valorização dos produtos nacionais é a política governamental. «O Governo estraga a terra», disse um camponês na auscultação de leंबरém.



Lutando pela vida e a água (Bubaque)



Esta política governamental é acusada de favorecer os preços baixos que arruinam os camponeses. Nas regiões, sobretudo fronteiriças, o governo é acusado de não proteger os seus camponeses contra as investidas dos comerciantes estrangeiros que compram a preços baratíssimos o fruto do labor dos guineenses. Assim queixaram-se vários participantes nas auscultações em Pirada, Gabú (leste) e São Domingos (norte - Cacheu).

Em todas as regiões, a não valorização dos produtos nacionais é explicitamente relacionada com a queda dos preços da castanha de caju cada ano. A deriva dos preços provocada por políticas inadaptadas de comercialização deste produto dito estratégico e por uma conjuntura mundial pouco favorável suscitou uma deploração unânime em todas as auscultações, pois todas as regiões do país dependem, em larga escala, da castanha de caju como primeiro produto gerador de rendimento pecuniário. A exportação da castanha *in natura*, o fraco incentivo à transformação do produto para a inclusão de valor acrescentado local e geração de empregos, principalmente para uma juventude ociosa, são tidos como factores de agravamento da pobreza.

As más políticas do passado que arruinaram as perspectivas de transformação local dos produtos agrícolas, nomeadamente as frutas, foram culpadas como responsáveis pelo agravamento da pobreza.

Por fim, a pobreza é acusada de originar muitos vícios e males que alimentam o desassossego geral no país.

«Quem tem fome não tem vergonha de nada. Quem tem fome não tem medo de nada», concluiu um outro idoso em Farim.⁷

3.1.3 Má administração da justiça

Esta é, sem sombra de dúvida, a problemática que foi mencionada em todas as sessões de auscultação. Na perspectiva dos participantes, a Guiné-Bissau está doente pelo mau funcionamento da justiça. A justiça, que deveria ser o alicerce da paz entre os cidadãos, tornou-se a pedra de tropeça de toda a sociedade.

No elenco dos males que enfermam o sistema judicial sobressai a corrupção que grassa a todos os níveis. A maior parte das intervenções denunciaram o facto de a justiça ser quase exclusivamente protectora dos mais fortes, mais ricos, mais influentes, mais astutos, mais elevados na hierarquia social, etc. As populações têm a impressão de que todo o aparelho judicial está minado por vícios e entregue à manipulação dos que mais sabem se servir dele em proveito próprio. A competência e a honestidade dos magistrados são questionadas.

⁷ Braima Sane, Imane da Mesquita central de Farim, 3 de Maio de 2008



Justiça regularmente à tona

A liberdade de todo o sistema judicial está posta em causa, pois os diferentes painéis apontaram, como mal generalizado, a interferência regular dos «mais poderosos» no funcionamento da justiça. Em São Domingos, uma participante declarou «A justiça está no ponto zero», acrescentando:

«O rigor da justiça é só para os pobres. Quando uma pessoa bem protegida está detida, chega uma chuva de telefonemas que acabam por a libertar»⁸

Esta constatação peremptória é corroborada por afirmações similares de muitos cidadãos que consideram que a justiça não recebe um tratamento prioritário nas preocupações dos governantes. Assim, são citados como exemplos a fraca cobertura do país por instâncias judiciais, a fraca dotação orçã



A justiça está no ponto zero (Paula Pereira, São Domingos)

⁸ Paula Pereira, representante das mulheres de São Domingos, 26 de Abril de 2008.

mental que acarreta situações caricatas como o funcionamento de tribunais em casas particulares cujos proprietários reclamam o despejo por não pagamento crónico da renda, a ausência de prisões para deter os malfeitores que acabam por ser soltos por falta de estabelecimentos prisionais.

Na auscultação realizada em Cacheu, um dos participantes exclamou:



«Quando se leva um ladrão às autoridades, antes que o lesado volte ao seu lar, o ladrão já voltou a casa!»⁹

Trata-se de uma constatação generalizada, pois ela foi feita variadíssimas vezes nas sessões de auscultação. «Deve-se reabilitar os sítios onde os *tugas* punham os ladrões» – disse, nostálgica, uma participante na auscultação feita em São Domingos.

A justiça é morosa, é um processo bai ku bin

O ladrão queixoso

Uma das anomalias mencionadas acerca do mau funcionamento da justiça é a facilidade com que os malfeitores conseguem desvirtuar o funcionamento do sistema, chegando a inverter totalmente os seus procedimentos e valores. A este respeito, foi assinalado o caso caricato de ladrões que se queixam na justiça contra as suas vítimas. Segundo o depoimento de um membro da associação Cabaz de Biur, que intervém para o desenvolvimento do sector de Incheia, um dos mais afectados pelo roubo, a violência e todo o tipo de atropelos à lei, a organização tinha, no momento da auscultação, três processos judiciais no tribunal regional de Bissorã por causa de queixas de ladrões que foram apanhados em flagrante e batidos pelos populares vítimas de roubo. Uma vez soltos pelos populares, os ladrões, que sabiam que vantagem poderiam tirar do facto de ter sido batidos pela população, foram depressa queixar-se às autoridades policiais de terem sofrido uma violência injusta por acusação falsa. Esta inversão dos papéis é facilitada, segundo a testemunha, por práticas de corrupção, nomeadamente o pagamento de 100.000 Francos. Assim, as populações vítimas de roubo passaram a ser alvo de perseguição judicial na sequência de queixas movidas por gatunos espertalhões que instrumentalizam a justiça ao serviço do crime e da impunidade.

⁹ Aliu Mané, Régulo de Bigene, São Domingos, 26 de Abril de 2008.

Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

Aliás, esta nostalgia da justiça administrada no tempo colonial é generalizada, mostrando que os guineenses deploram uma degradação da administração da justiça no período da soberania nacional. Quando se conhece as denúncias outrora feitas contra o sistema de justiça colonial, constata-se facilmente o retrocesso apontado pelos guineenses.



Na tabanca o régulo é que faz justiça

Ligada a esta nostalgia da justiça colonial está a impressão que têm os cidadãos de que a impunidade generalizou-se no país. A multiplicação de casos de crimes, por vezes hediondos, sem que haja a menor consequência no plano judicial, acabou por desacreditar o sistema judicial como impotente perante algumas categorias de crimes e face a alguns grupos sociais ou indivíduos.

Foram citados casos de envergadura nacional ligados ao tráfico de droga ou à política, e foram também referidos os milhares de crimes menores a nível local que ficam impunes e empurram para um recrudescimento da justiça feita pelas próprias mãos. O sentimento de uma generalização da impunidade não só acarreta o descrédito do sistema judicial oficial, mas também reabilita a justiça tradicional como alternativa para dirimir os conflitos locais e manter a ordem social.

O cúmulo da impunidade, na perspectiva das populações, é a amnistia que foi concedida pelo Parlamento aos que atentaram contra a segurança do Estado e cometeram crimes públicos desde os anos 80. A lei de amnistia que os homens políticos justificaram com a necessidade de virar a página, apagando os processos que impendiam sobre muitos homens políticos, governantes e militares, foi duramente criticada por uma boa parte dos auscultados, que consideram-na lei de impunidade e encorajamento para mais matanças e crimes.





A justiça não chega a todos os cantos do país

A morosidade dos processos, que podem durar vários anos devido à fraca capacidade do sistema e a conseqüente sobrecarga dos agentes da justiça, foi referida como obstáculo à paz e exemplificada assim por um participante na sessão de escuta em Caió (norte):

«Os sectores de Caió e de Canchungo têm o mesmo tribunal. Mas os problemas de Canchungo ultrapassam a capacidade desse tribunal, e ainda por cima só há um juiz. Há processos que se encontram por resolver há mais de cinco anos. O juiz não pode vir a Caió porque está sobrecarregado em Canchungo. Afinal, não há justiça».¹⁰

Quanto às custas judiciais, elas foram unanimemente julgadas elevadíssimas. De uma maneira geral, o funcionamento da justiça foi considerado muito oneroso e discriminatório para os cidadãos pobres, obrigados a sofrer desperdícios colaterais de recursos sem obter resultados em contrapartida.

Em suma, devido às interferências da política, do dinheiro e da força, e à fraca preocupação das autoridades pelo mau funcionamento da justiça, esta parece votada a um abandono que favorece

¹⁰ Quintino Francisco Manga, Vice-régulo de Caió, membro do Espaço Regional de Diálogo de Cacheu; Caió, 30 de Abril de 2008.

a impunidade geradora de conflitos, como transparece na conclusão de uma interveniente em Quinhamel, nos arredores da capital:

*«A Guiné é uma mulher sem marido. Cada um faz com ela o que lhe apetece, pois nada acontece uma vez feito o mal».*¹¹



Roubam até as portas das escolas

3.1.4 Instabilidade política e institucional

A instabilidade política e institucional foi duramente criticada nas sessões de escuta como uma das manifestações mais perversas da má compreensão do sistema pluralista que a Guiné-Bissau escolheu no início dos anos 90. «O maior conflito que temos é que nenhuma legislatura conseguiu chegar ao fim. Nunca esperamos pelo voto na urna para condenar um governante. Este é um dos factores que promovem conflitos no nosso país». ¹²Tal foi o diagnóstico de um participante na auscultação realizada em Cacheu (norte).

Esta constatação tem a sua confirmação nos variadíssimos exemplos de fim prematuro da legislatura ou de governos que marcaram os quinze anos de prática do pluralismo pela via das

¹¹ Samanta Té, representante das mulheres de Quinhamel; Quinhamel, 17 de Fevereiro de 2008.

¹² Ernesto da Silva, Cacheu, 17 de Maio de 2008

urnas. Encontra também a sua confirmação no carácter violento das mudanças de titulares de poder, nos processos de alternância pela violência e na subversão que fragilizam as instituições e tornam-nas inoperantes.

Esta consciência da fragilidade das instituições da república leva os cidadãos a perder confiança nelas:

«Se nos perguntarem se temos confiança no Estado, diremos que não. Porque eles mesmos (os dirigentes) não têm tempo para se sentarem bem. Então, não podem dar a outro a oportunidade de se sentarem bem. Se tu estás de pé, como é que podes dizer a outro para se deitar? Não podes.»¹³

Tal foi a opinião clara de um participante na auscultação de (Farim). Ela participa de uma desconfiança generalizada nas instituições que se descredibilizaram ao fio dos anos e das crises portadoras de instabilidade. A perda de fé nas instituições é tanto mais perigosa quanto ela cria uma reacção inversa ao aprofundamento do espírito democrático. Vários cidadãos participantes nas auscultações atribuíram aos disfuncionamentos do sistema democrático a responsabilidade pela situação negativa em que o país se encontra.



Dungut no Liceu de Tite. Os governos seguem-se, a pobreza é a mesma

¹³ Saido Embaló, magarefe; Farim, 3 de Abril de 2008.

Um disfuncionamento muito criticado na maioria das sessões é a proliferação de partidos:

«Temos mais de sessenta partidos. Cada partido acha que ele é superior ao outro. Quando um partido ganha as eleições, em vez de se aliar com outros partidos para trabalharem juntos, vai procurar destruir o outro»¹⁴

Assim afirmou no painel de Pitche (leste) um participante que exagerou, talvez voluntariamente, o número de partidos, que na realidade era de trinta e quatro no momento em que ele se exprimia. O exagero mostra o fastio da população face à multiplicação de formações políticas que não têm bases reais no terreno, mas crescem os meandros das maranhas geradoras da crónica instabilidade política e institucional que grassa no país.



Transporte familiar em Boé. Aqui as mudanças institucionais significam mais pobreza

Acoplada com aquilo que a população considera ser intrigas e politiquices vem a fraca colaboração institucional, que é vista como factor de desestabilização das instituições e de conflitos políticos, podendo tomar rumos mais complicados e perigosos. As oposições frequentes entre Presidente da República e primeiros-ministros foram citadas como exemplo. Os confrontos frequentes entre presidentes da república e o Parlamento foram denunciados como vontade de

¹⁴ Jaime Na Bunque, militar; Pitche, 13 de Junho 2008.

prepotência de uma parte e doutra, sinais de déficit de cultura institucional e mesmo de patriotismo e marcas de imaturidade democrática.

Ademais, a maior parte dos auscultados liga o fenómeno da instabilidade política e institucional ao desenvolvimento da corrupção e à gestão danosa do bem público. O protesto de um participante na auscultação de Bambadinca (leste) ilustra este sentimento:

«Quando é que se ouviu dizer que no Senegal os ministros são mudados como quem muda de camisa, como se faz na Guiné-Bissau? Se o Primeiro-ministro trabalha bem num país, deve-se deixá-lo permanecer no seu posto. A mesma coisa para o Presidente. Mas quando a todo aquele que se senta na cadeira do poder, retiram-lha para ele cair, não há estabilidade. Todo o ministro que sabe que ele não vai durar no seu posto, tudo o que ele conseguir ele vai levá-lo para a sua casa».¹⁵



Intervenção de Adja Suntu Mané

Este raciocínio simples é o da maior parte dos painéis reunidos, que ligam, aliás, a instabilidade institucional à distribuição duvidosa dos pelouros, pois as intrigas são recompensadas por pelouros nem sempre merecidos pela competência. Assim, os cidadãos identificam como fonte de empobrecimento das instituições a primazia dada aos requisitos políticos em detrimento da competência, pois vários pelouros recompensam homens de baixo nível de formação ou mesmo

¹⁵ Samba Buaro, conselheiro do Régulo de Bambadinca, 19 de Julho de 2008.

iletrados, resvalando assim as instituições ao nível de simples fatias de um bolo repartido entre amigos e cúmplices.

Este deslize encontra a sua maior expressão na politização de todos os níveis da administração pública. Assim, do topo à base das instituições prevalecem a colocação duvidosa de amigos políticos e a instrumentalização de todo o aparelho do Estado para fins partidários e pessoais, gerando frustrações, rancores e retaliações que são fontes de conflitos maiores. Ao ilustrar esta tendência, um participante no painel de Pitche disse:

«Cada partido que ganha tem que tirar todos os funcionários que não são dele para pôr os seus».¹⁶

À grande instabilidade assim gerada atribui-se a impossibilidade de dar seguimento às políticas públicas, o que faz com que o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau esteja num círculo vicioso em que aos avanços sucedem recuos, e esta sucessão limita o país a uma patinagem fastidiosa num eterno recomeço das mesmas coisas num contexto em que os países vizinhos avançam e a Guiné-Bissau mergulha numa instabilidade altamente geradora de atrasos, pobreza e conflitos.



Para que serviram os esforços dos antigos combatentes?

¹⁶ Jaime Na Bunque, militar; Pitche, 13 de Junho de 2008.

3.1.5 Herança mal gerida da guerra de libertação nacional

As consequências duráveis da luta de libertação nacional foram classificadas pelos participantes nas auscultações entre as causas mais estruturantes de conflitos.



Em primeiro lugar vem a divisão do país em duas categorias de cidadãos: os que foram à luta, e os outros. Esta visão dá ao primeiro grupo um estatuto privilegiado de facto, independentemente da forma como, dentro do próprio grupo daqueles que foram à luta, os privilégios são usufruídos. O facto de o processo histórico da luta ter sido factor de divisão durável dos cidadãos cria até hoje situações conflituosas, nomeadamente entre aqueles que foram vítimas do estigma de ter estado do mau lado da história: os antigos comandos africanos, os ex-funcionários da administração colonial, os militantes de movimentos rivais do PAIGC como os da FLING, etc. A distinção discriminativa entre categorias de cidadãos foi um factor de conflito que se instalou logo nos primórdios do Estado guineense e tem efeitos destruidores até à data presente.

Malam, Imame de Caió no uso da palavra

Um outro elemento gerador de conflito que foi activo logo no processo de criação do Estado guineense foi a depuração que se seguiu à vitória do PAIGC. Categorias de populações que estiveram no campo do colonizador português foram vítimas de retaliações que vários participantes nas escutas salientaram como um pecado original que instalou o ódio de forma durável. Alguns viram nestas perseguições contra os colaboradores dos portugueses os primeiros elos de uma longa cadeia de violência retaliatória, vingança e contra-vingança que cimentou a divisão dos guineenses. Um jovem participante no painel de Bubaque (sul - Arquipélago dos Bijagós) recordou:

«Na altura da independência, houve perseguição das antigas tropas coloniais. Levou a matanças. Depois veio a haver perseguição entre eles mesmos que foram à luta, e isso levou ao 14 de Novembro. E tudo isso continuou, fuzilamentos, prisões, até à guerra de 7 de Junho».¹⁷

Como o sublinhou este jovem, depois das perseguições aos chamados de traidores ou inimigos, veio uma outra divisão ainda mais complicada: a do próprio grupo dos antigos combatentes da libertação da pátria. Assim, este grupo supostamente cimentado pelo ideal da libertação da pátria

¹⁷ Agostinho Ié, funcionário público; Bubaque, 24 de Maio de 2008.

e construção da nação fragmentou-se por questões de interesses sectoriais ou pessoais. O açambarcamento dos privilégios por alguns em detrimento da maioria dos antigos combatentes criou a mais profunda e desestabilizadora divisão no país. O sentimento de injustiça que habita a maioria dos antigos combatentes pode ser ilustrada pelas declarações de uma participante na auscultação de Iemberém (sul):

«Nós, antigos combatentes, não temos dinheiro, não temos casa própria, não temos nada. Nós carregámos muita coisa à cabeça sem nenhum resultado, aqueles ferros pesados que carregámos, foi para nada. Não há nenhum antigo combatente que teve algum sucesso na sua vida. Agora estamos sem força. Ainda por cima não temos reconhecimento.»¹⁸

Ao mesmo tempo, vários participantes sublinharam que os problemas no grupo dos combatentes da liberdade da pátria datam das contradições que nasceram no próprio processo da luta. Segundo a ilustração dada por um participante num dos painéis de Oio (norte), em Mansoa:

«Há problemas desde o tempo da luta de libertação. Devido à luta pela chefia ou às raparigas muita gente morreu. Devido ao ódio vindo do mato muitos morreram injustamente. Há casos...».¹⁹



A Guiné deve ser mãe de duas mamãs (Sábado Bacali, Safim)

Um outro aspecto muito saliente na perspectiva dos efeitos desestruturantes do processo libertador é o divórcio entre os libertadores e os supostos libertados. Para muitos, o processo de independência acabou por frustrar as expectativas de uma verdadeira libertação. Indignado e

¹⁸ Aua Camará, antiga combatente (Cacine); Iemberém, 30 de Maio de 2008.

¹⁹ Paulo Bodjam, ex-deputado do PRS, professor em Mansoa, 19 de Abril de 2008.

enfurecido por aquilo que considera como um longo processo de mentiras, um homem-grande do painel de Bambadinca contestou veementemente o próprio significado da independência:

«Os guineenses não têm vergonha. Disseram que libertaram o país. Mentira. Não libertaram nem uma só pessoa. Só furtaram, roubaram, abusaram do poder. Digam: o que é que fizeram?»²⁰

Este sentimento é partilhado por muitos que estimam que toda a história do período de independência está viciada:

«É uma pena. A independência entrou com pecado, trabalhou com pecado, e até hoje o pecado não parou. Mas o importante é o reconhecimento do Sector de Tite.»²¹



Auscultação em Pirada, membro de ERD

Para outros, o processo de libertação do país é mesmo uma impostura. Eles consideram que o discurso libertador é desconectado da praxis, criando cada vez mais um fosso entre os arrogados dirigentes do país e o povo. Esta impostura é fonte de um conflito profundo entre diferentes componentes da sociedade:

«Os dirigentes disseram que lutaram pelo povo. Isso é mentira. Eles lutaram pelas suas tripas. Para a sua barriga. Se tivessem lutado pelo povo, nós não estaríamos na canseira que estamos. As matanças, eles é que mandaram fazer. Os roubos, eles é que mandaram roubar.»²²

²⁰ Umaru Baro, ancião; Bambadinca, 19 de Julho de 2008.

²¹ Aladje Queluntam Sambú, membro do Espaço Regional de Diálogo de Quínara; Tite, 31 de Maio de 2008.

²² Adja Suntu Mané, anciã; Bissorã, 10 de Maio de 2008.



Amílcar Cabral de Pirada

Estas opiniões críticas expressas por segmentos da população culminam na constatação de que o país e seu povo se tornaram reféns daqueles que pretendem tê-los libertado. Isto manifesta-se pela condenação do papel quase exclusivo que desempenharam no período da independência os libertadores, que açambarcaram, na perspectiva dos críticos, a direcção do destino do país, assim conduzido a impasses geradores de conflitos. Nesta mesma percepção entram as análises feitas sobre as relações entre o poder e os militares. A não subordinação dos militares ao poder civil e a instabilidade política assim gerada são vistas como grandes fontes de conflito. A frequente intrusão violenta daqueles que pretendem ter uma legitimidade histórica que os coloca acima das instituições republicanas é também indexada como fonte de conflito. Os participantes vêem os conflitos gerados a vários níveis, nomeadamente o nível das instituições, com a afronta regular às autoridades políticas desautorizadas por comportamentos de manifesta insubordinação, e o nível da população civil, com a qual eclodem conflitos ligados a direitos arrogados pelos militares. Assim, foram citados vários exemplos de açambarcamento por militares de terrenos reclamados por civis. O exemplo foi enfatizado em Bula com a questão da usurpação de terras reclamadas por civis como seus bens.

Na categoria das heranças negativas da guerra de libertação nacional entra a cultura de violência que grassa no país. As sucessivas explosões de violência armada no país como os golpes de Estado, as guerras civis e as matanças, na visão expressa pelos painéis através o país, entram na produção de uma cultura de violência que se tornou o *modus faciendi* de uma parte dos guineenses. Aliado a esta cultura de violência vem o culto do uso das armas e a proliferação destas, facilitada pela dispersão dos estoques dos paíóis aquando das guerras e pelo fraco controlo exercido.



Enfim, alguns desequilíbrios actuais na forças armadas, que são também os ressaques da herança da guerra, inquietam como fontes de conflito. Trata-se do desequilíbrio étnico nas forças de defesa e da ligação de certas categorias das forças armadas com certos partidos políticos, acabando por criar paralelamente à propensão à politização dos militares, uma militarização da política, sendo as duas vertentes altamente geradoras de conflitos.

Os pesadelos dos combatentes

O ódio começou nas matas durante a luta de libertação nacional, afirmaram muitos intervenientes nas sessões de auscultação. Foi transferido das matas para a praça. Em Mansoa um participante deu uma versão personalizada deste processo. «O guineense é rancoroso – disse ele. – Há tantos casos. Estes começaram nas matas. Uma noite alguém tem um sonho. Ao acordar ele interpreta o sonho. Foi tal pessoa que, tomando um contrato de feitiçaria, mandou vir o avião que destruiu o acampamento dos guerrilheiros. Então conclui que é preciso castigar o culpado. Este é levado e fuzilado por feitiçaria. Um outro dia, um comandante prepara-se para disparar a sua arma. Esta encrava. O comandante conclui que é uma outra pessoa do seu grupo que por feitiçaria fez encravar a sua arma. Ele decreta a morte do combatente suspeito de feitiçaria. Na realidade é apenas uma questão de ajuste de contas. O combatente acusado de feitiçaria era um valente. Começava a singrar. O seu comandante, para o eliminar, acusou-o de feitiçaria. A luta de libertação está repleta destes casos que teceram a trama do drama da Guiné-Bissau até hoje. A história oficial nunca conta estes casos que cimentaram o ódio desde as matas.»

3.2 PROBLEMÁTICAS REGIONAIS DE CONFLITOS

3.2.1 Insegurança dos bens e das pessoas

A insegurança é um fenómeno nacional. A extensão do mal foi constatada através da sua recorrente menção em todas as sessões de auscultação. É opinião unânime dos guineenses que a insegurança grassa no país. Aquilo que modula as opiniões são as formas que assume localmente o fenómeno. Pois, por ser nacional, este fenómeno tem expressões locais bem específicas.

Na região de Cacheu, onde se trata de uma verdadeira praga, a insegurança tem por primeira forma o roubo de gado. De facto, sob o prisma do roubo de gado, a região é verdadeiramente sinistrada. Uma pessoa de idade avançada que viu a degradação da situação ao fio dos anos sem possibilidade de travar a marcha para o pior, lamentou:

«Na região de Cacheu, perguntamo-nos como conseguir acabar com o problema do roubo, tomar bens e coisas das pessoas e levar impunemente. Existe roubo de gado, mesmo antes de eu ter nascido. Mas

*nesse tempo antigo bastava uma pessoa dizer algo e o ladrão ia-se embora. Agora se falares ele vai te dar um tiro e acabar com a tua vida».*²³

O roubo de gado atingiu uma envergadura que dá cabo dos esforços de desenvolvimento da economia da Cacheu, conhecida pelo seu empenho na criação de bovinos, valorizados como poupança, símbolo de riqueza e alto estatuto social, pois estes animais têm um papel central em várias cerimónias que espelham o estatuto social. Um chefe tradicional, ultrapassado por um fenómeno que revela o fracasso de todas as autoridades, tradicionais e modernas, interrogou-se:

*«Roubo em Canchungo? É melhor nem falarmos nisso. Porque as vacas de Canchungo já acabaram. Completamente. Mas para onde é que as vacas vão? Se temos governantes, é preciso perguntar-lhes para onde vão as vacas. Irão para o Senegal?»*²⁴



O roubo é uma praga na ilha de Komo

De acordo alguns auscultados, o fenómeno adquiriu uma envergadura incontável a partir dos anos 2000. «O roubo chegou de forma descarada a partir de 2000», declarou um participante na sessão de escuta de Bissorã que viu a degradação da situação ao ponto de levar à ruína dos criadores de gado.

²³ Sene Lopes Bandé, Vice-régulo de Pelundo; Canchungo, 12 de Abril de 2008.

²⁴ Fernando Baticã Pereira, Régulo de Canchungo; Canchungo, 18 de Fevereiro de 2008.

Este fenómeno tem a sua vertente cultural bem conhecida pelos guineenses: o roubo de gado é uma prática da cultura balanta. Durante décadas, esta prática, embora condenada por outras etnias, não criou uma verdadeira hostilidade com os outros grupos sociais. Com o agravamento do fenómeno do roubo nos anos 2000 e a transformação de uma prática marginal em empreendimento de espoliação organizada dos criadores de gado de todas as regiões, o roubo tornou-se uma causa de conflito interétnico. Os balantas são acusados de despojar a porção laboriosa da população pela prática de um banditismo organizado.

O desassombro do ladrão de vacas

O roubo chegou de forma descarada a partir de 2000. Antigamente, se roubasses uma vaca no curral de alguém, ficavas cinco anos sem voltar a essa tabanca. Mas agora não. Se hoje levares duas vacas e deixares três, depois de amanhã vens buscar mais uma. Ficam duas. Depois voltas com um sinal e dizes: «Bom, já acabou. Deixo-te aí».

Segundo dizem os populares, o recrudescimento do roubo tem como razões principais: a proliferação de armas ligeiras que dá aos gatunos uma capacidade e perigosidade de acção que não tinham; o facto de eles serem doravante protegidos ou patrocinados por militares balantas que lhes garantem a impunidade; a complacência de várias autoridades que participam da mesma lógica cultural que os ladrões; a diversificação das origens do roubo, que perdeu o seu carácter de prática cultural balanta para se tornar um fenómeno nacional generalizado em todas as camadas. Como explicou um interveniente numa das escutas feitas sobre a insegurança das pessoas e bens em Canchungo (norte):

«Antigamente havia uma etnia que roubava: os balantas. Mas quando eles eram detectados, bastava tu tossires e eles iam-se embora. Os balantas nunca matam ninguém quando roubam. Agora todo o mundo rouba: manjacos, pepel, fulas, felupes... Mas o roubo do manjaco é muito mais perigoso.»²⁵

Esta generalização do roubo nem por isso iliba os balantas, nem impede que eles sejam alvo de uma estigmatização pelo facto de roubar. Daí o surgimento de focos de tensão entre as tabancas de balantas. Assim, numa escuta feita em Bambadinca, um criador de gado se indignou:

«Aqui os balantas estão até Pirada, nunca ninguém disse que não podem instalar-se aqui. Mas quando eles nos roubam a nossa vaca, nós não ousamos chegar junto deles. Se se disse que nós todos somos guineenses e que não temos diferenças de etnia, se nós nos casamos

²⁵ Ambrósio Nintch, criador de gado no Sector de Tame; Canchungo, 18 de Fevereiro de 2008.

com balantas e os balantas se casam com fulas, podemos dizer que o que se disse antigamente já deixou de ser válido.»²⁶

Assim, o fenómeno do roubo levou a um outro mal mais insidioso que é o ódio entre etnias que costumavam coabitar sem problemas.

Esta deterioração da coabitação interétnica foi ilustrada de maneira quase dramática na região de Cacheu entre duas aldeias vizinhas, Jol e Pelundo. Os manjacos de Pelundo, ulcerados pela perda regular das suas vacas, prepararam uma expedição armada para recuperar os seus bens na tabanca de Jol, maioritariamente povoada por balantas. Estes, advertidos, armaram por sua vez uma emboscada. Foi necessária a intervenção de mediadores e das autoridades para impedir um massacre que pedia ter degenerado em conflito étnico.



Quando iremos dormir em paz? Marinho Pereira, em Bula

A insegurança assume também outras caras. Por exemplo, a gerada nos últimos anos pelo tráfico de droga. Assim, na região de Biombo, a droga introduziu uma forte insegurança provocada tanto pela presença de traficantes quanto pelo comportamento de polícias por vezes corruptos que, a coberto da luta contra o tráfico de droga, prenderam e maltrataram muitos cidadãos.

²⁶ Mamadú Embaló, representante dos criadores de gado da zona de Bambadinca; Bambadinca, 19 de Julho de 2008.

Nas zonas fronteiriças, a insegurança é protagonizada pela circulação descontrolada de armas. Tal é o caso das regiões de Cacheu e Oio, contíguas do Senegal, onde se instalou há quase três décadas a rebelião casamancesa. Nas auscultações de São Domingos e Farim, esta temática da violência transfronteiriça sustentada pela grande permeabilidade das fronteiras dominou as intervenções, que mostraram o carácter altamente perigoso desta situação que cria conflitos de ambos os lados da fronteira, aumentando a desconfiança e os riscos de confrontos violentos.

Em todos os casos, para as populações, o aumento da insegurança das pessoas e bens é visto como mais um sinal patente do enfraquecimento do Estado, que perdeu autoridade e nem sequer prisão tem. A questão da insegurança acaba por englobar também toda a problemática da justiça.

3.2.2 Má gestão do espaço e dos recursos

A gestão dos recursos é uma das maiores fontes de conflitos recorrentes na Guiné-Bissau. Ela surge como um factor de divisão que opõe diferentes actores e modos de exploração do meio natural.

Um dos mais potentes factores de conflito é a questão da posse da terra. Como ficou patente em todas as sessões de escuta, a terra tem para os diferentes actores económicos um elevado valor tanto simbólico quanto real. No registo simbólico, a terra, vista pelos camponeses como mãe, tem um valor afectivo elevadíssimo que leva a um apego tão forte que gera conflitos logo que os laços íntimos entre o bem e seu possuidor são ameaçados.

Ora, estes laços estão cada vez mais ameaçados pelo surgimento de novos modos de posse da terra que entram em conflito com o modo ancestral ainda válido para a maioria dos guineenses. Os participantes nas sessões de escuta salientaram os conflitos que nascem da alienação da terra, à qual se confere doravante um valor venal.

O facto de a terra, tradicionalmente bem colectivo, não alienável, mas transmissível segundo modos bem codificados de herança, ter-se tornado num bem comercial é uma mudança importante que introduz uma dimensão conflituosa na relação com a terra. Assim, não há nenhuma região da Guiné-Bissau em que a terra não tenha gerado conflitos.





Régulo de Canhabaque na sessão de auscultação de Bubaque

O primeiro foco de conflito é a família. Visto que a terra é, na tradição, um bem colectivo familiar e clânico, o surgimento de novos modos de apropriação deste bem provoca conflitos agudos e quase insolúveis nas famílias e outros núcleos da sociedade. Os casos de conflitos muito graves surgem quando um ramo da família arrega-se o direito de alienar, em benefício próprio, este bem comum. Este tipo de conflito se torna difícil de resolver pois implica uma família e suas variadas componentes, e os seus elementos motores põem em contradição lógicas concorrentes ou antagónicas. Os casos de divisões de famílias por diferendos bicudos e intermináveis são doravante legião tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas.

Assim, em Safim, localidade dos subúrbios de Bissau onde há uma forte procura de terras, foram assinalados vários casos diários de brigas familiares por razões de contestação de herança. A principal causa de conflito neste caso é a oposição entre a lógica mercantil e a comunitária. Uma outra contradição é a que opõe várias categorias de herdeiros. Os conflitos são quase insolúveis nas regiões em que o direito consuetudinário codifica uma herança matrilinear, dando a herança aos sobrinhos em vez de aos filhos, que, por sua vez, devem herdar bens dos seus próprios tios maternos.





Vista parcial de bolanha de água doce em Bambadinca

Estas situações tornam-se verdadeiros imbróglis quando, socorrendo-se da lei positiva do Estado moderno que dá o direito de herança aos filhos, estes contestam a linha de herança por via matrilinear. O choque das leis cria não apenas imbróglis familiares, mas também gera conflitos entre instituições tradicionais e instituições do Estado. Assim, em Safim assinalou-se a existência de fortes contenciosos entre os populares, as autoridades tradicionais e o Comité de Estado, representante da autoridade governamental. Em Mansoa (norte - Oio), a fraca intervenção do Estado para sanear as situações conflituosas foi denunciada:

«Há conflitos de terrenos... Há pessoas que se matam com catana por causa de terrenos. E a autoridade não intervém».²⁷

Porquê vendeste o terreno do meu pai?

Os conflitos fundiários são agravados pelo crescente valor venal que dá à terra o desenvolvimento de empreendimentos turísticos. O caso da ilha de Rubane, onde muitas terras foram vendidas por pessoas que apenas tinham o direito de exploração, é um exemplo explosivo. Estas, doravante, são reclamadas por aqueles que têm o verdadeiro direito tradicional de posse, por serem primeiros ocupantes, isto é, «donos do chão». Os participantes na auscultação de Bubaque mostraram que a venda desordenada de terras

²⁷ Nhaga Indami, participante; São Domingos, 26 de Abril de 2008.

não só provoca uma especulação que priva os habitantes das melhores terras, como também desenvolve práticas de usurpação de terras alheias que são alienadas por pessoas que nenhum direito têm para o efeito, criando terríveis imbróglis, perigosos para os equilíbrios sociais e a paz. Como revelou um participante ulcerado, um secretário da administração, sem o consultar, vendeu os seus terrenos. Num confronto tumultuoso com o vendedor clandestino, ele chegou a perguntar a este indelicado agente do Estado: «porquê vendeste o terreno do meu pai? Por acaso temos o mesmo pai?» – e conseqüentemente direito à mesma herança? A resposta do funcionário venal não é conhecida, e a prática da alienação abusiva de bens alheios não parou.

A procura desenfreada de terras não é denunciada apenas nas regiões urbanas por causa da extensão das cidades em detrimento das zonas rurais contíguas. Ela afecta também as regiões rurais, onde se propaga a procura de terras para a instalação de *pontas* (fazendas).

O desenvolvimento da monocultura de caju é assinalado como uma das causas da agudização de conflitos, pois leva ao açambarcamento de terras e à multiplicação de contestações de posse da terra entre familiares.

Em certos casos a contestação surge mesmo entre aldeias. É a bicuda questão das fronteiras entre localidades para a posse de recursos quer fundiários para a exploração agrícola, quer florestais para o aproveitamento silvopastoril. Assim, na sessão de escuta de Bula em que a questão fundiária foi muito evocada, foram assinalados exemplos como um conflito de fronteira de entre as localidades de Binar e Tchokmon, e um outro entre Tchokmon e Djugur. Na mesma sessão de escuta foi evocada a contenda de delimitação das bolanhas entre Nhinte e Pet. Dezenas de casos foram assim mencionados ao longo das escutas.

Tambarina ou cabaceira?

Na sessão de escuta de Sonaco, um velho deplorou a multiplicação de conflitos de delimitação de fronteiras entre tabancas e lamentou a falta de autoridade do Estado para pôr cobro a situações embaraçosas e perigosas. Ele contou como, aquando de uma querela de fronteiras entre uma tabanca habitada por fulas e uma tabanca habitada por mandingas, a sabedoria de um velho chefe tradicional permitiu pôr fim ao imbróglis. O velho chefe disse para ir verificar no terreno qual é a planta predominante. Se predominasse no terreno a tambarina, o terreno pertence com certeza aos fulas. Se pelo contrário predominasse a cabaceira, o terreno é uma propriedade mandinga. Esta indicação dada em virtude do conhecimento dos hábitos alimentícios das duas etnias em disputa permitiu resolver o caso sem estragos.

Os conflitos gerados pela exploração de recursos não se limitam à terra. Eles dizem também respeito a práticas danosas.



Mato de Buduco

Um dos aspectos mais assinalados pelos auscultados foi a sobreexploração das florestas. Neste caso, são fortemente denunciadas como geradoras de conflitos, as práticas das entidades governamentais que gerem o domínio florestal sem respeito pelos interesses dos habitantes locais. Apontando o dedo às más práticas dos serviços do Estado, um painelista que não hesitou em dar o seu nome, mandando um recado claro e desassombrado ao chefe do governo, disse:

«Os Serviços de Floresta estão a acabar com o mato. O primeiro-ministro está a destruir o nosso mato. Digam-lhe que é o Aladje Abdulai que o está a afirmar. Já vos tinha dito para irmos à tabanca aqui ao lado para verificarem esse facto. O mato lá virou lala. Nenhuma árvore está ainda de pé nesse lugar. Se tu reagires amarram-te e espancam-te, e ninguém diz nada»

O objecto do conflito toma aspectos ainda mais complexos quando outros actores dos conflitos são identificados como sendo estrangeiros associados a guineenses. Assim, o caso da devastação da floresta de Buduku foi o centro de uma forte denúncia feita por um homem-grande que manifestou uma indignação ilimitada e uma preocupação visionária sobre a capacidade de



gerar conflitos por uma exploração sem respeito pelos direitos dos habitantes de hoje e os de amanhã:

«Se entrarmos no mato de Cacine, no Sul, no mato de Buduku, nada ficou. Foi todo destruído. As árvores de bissilão foram todas destruídas. Se querem ter provas, podem mesmo ir até Fulacunda, podem ver cibes cortados²⁸. Os nossos filhos e netos, o que é que eles irão beneficiar?»²⁹

Os chineses e o mato de Buduku

Na região de Quínara, a destruição da floresta tem o seu símbolo: as matas de Buduku. Esta floresta outrora densa, povoada de bissilão, uma essência procurada pela sua resistência e utilidade nas obras de construção civil, foi devastada em 2007 e 2008 por uma empresa chinesa associada a um madeireiro guineense. Este, prevalecendo-se dos seus direitos de empreiteiro nacional, obteve licenças de exploração de madeira que colocou ao serviço de um empreendimento comum com uma empresa chinesa dotada de material moderno de serração. Segundo os testemunhos de populares das áreas exploradas e uma filmagem feita por Voz di Paz, a devastação é imensa, pois uma vez os abates feitos, a empresa faz a sua serração no local e carrega as tábuas em contentores que tomam o caminho da China. Esta prática pouco comum que deixa pouco lugar para a fiscalização tornou-se emblemática da exploração abusiva da floresta no sul do país. O caso, denunciado na imprensa, foi mesmo criticado no Parlamento por uma deputada eleita na região. Mas continuam ainda as práticas consideradas como altamente danosas por populações que recebem uma alteração profunda e durável do seu meio ambiente.

Esta consciência de uma exploração destruidora, prejudicial ao desenvolvimento sustentável e portanto geradora de conflitos hoje e amanhã, é patente noutras intervenções que assinalam um outro caso que já se tornou nacional. A quase extinção dos cibe:

«Lá na área de Foreá, em Quebo, na zona de Balana quando duas pessoas estavam a falar ninguém conseguia ouvir o que a outra dizia devido ao barulho dos cibe. Hoje não há nenhum cibe de pé. Depois de destruírem o cibe aqui, foram para a zona de Empada.»³⁰

Naturalmente, estas práticas geram conflitos entre os representantes do Estado que cobrem iniciativas danosas e as populações que pretendem defender aquilo que consideram como seu bem. Assim, são recorrentes os choques entre os guardas florestais e as populações:

²⁸ Nome local da palmeira *Borassus aethiopum*, ronier em francês, cujo tronco reputado muito resistente serve na construção das casas e foi sobreexplorado ao longo das últimas décadas.

²⁹ Aladje Salvador Dabó, de Fulacunda, membro de ERD; Tite, 31 de Maio de 2008.

³⁰ Aladje Djaló, Buba, 19 de Fevereiro de 2008.

«Se vires alguém a destruir a floresta, é porque lhe deram uma autorização. Se ele tem essa autorização, o que tu podes fazer? Os malianos de que tanto se fala têm documentos. Os que usam motosserra têm documentos. Os que vendem cibe têm documentos. Pergunto: quem está a estragar a floresta? Se não é o Estado, quem será? Cortam o mato porque é o seu interesse pessoal.»³¹



Mato de Buduco

Esta exposição lúcida de um participante no painel de auscultação de Bambadinca mostrou não só a hipocrisia das autoridades, como também a perda de paciência e confiança dos habitantes perante a persistência de maus hábitos e má gestão dos recursos comuns. Daí a multiplicação de conflitos com as próprias autoridades e a multiplicação de iniciativas camponesas de defesa dos seus bens. Tal é o caso da disputa entre autoridades e habitantes em Candjadja em torno do corte de cibe.

³¹ Samba Buaro, conselheiro do Régulo de Bambadinca; Bambadinca, 19 de Julho de 2008.



Rio Corubal na entrada de Tchetché

As más práticas geradoras de conflitos foram também denunciadas no que diz respeito aos recursos dos rios e do mar.

«A gente de Bafatá nos está a ouvir. Que comparem o peixe que nós apanhávamos ontem no rio e o que arranjam hoje. É igual? Já não se pode pescar peixes de qualidade neste rio. Porquê? As más práticas dos estrangeiros, malianos, que têm um mau tipo de rede. Todos os peixes grandes acabaram neste rio.»³²

O confronto com práticas danosas assim enunciado por um pescador de Bafatá não é o único aspecto do mal. Os conflitos em torno dos recursos dos rios dividem também os pescadores vindos de outras regiões e os habitantes locais, tal como foi visto em Caió num velho conflito que opõe os autóctones e os pescadores pepel.

Nesse caso, os habitantes de Caió recusam aos pescadores vindos de outras regiões o direito de dispor livremente do pescado. Impõem-lhes a obrigação de vender parte do pescado a um preço módico, violando assim os princípios de livre circulação e exercício de actividade económica que assistem cada cidadão no território nacional. Ademais, abusando desta imposição, os autóctones

³² Idrissa Bá, pescador; Bafatá, 28 de Julho de 2008.

arrogam-se o direito de revender a preços mais elevados o produto adquirido em violação das regras do mercado. As tensões originadas por tais práticas deterioram as relações entre populações unidas por outros laços e afinidades. É o caso do confronto que surge, por motivos de acesso aos recursos, entre manjacos e pepel, historicamente unidos por laços étnico-culturais.

3.2.3 Práticas socioculturais nefastas



A temática das práticas nefastas foi recorrente ao longo das escutas, e ela variou muito em função das regiões. Por práticas nefastas, os guineenses designam um leque alargado de usos, costumes e comportamentos emergentes tais como: a excisão, as crenças e acusações de feitiçaria, os julgamentos sumários e execuções de pessoas falsamente acusadas de práticas ocultas, as tradições que diminuem os direitos de certas camadas da população, principalmente as mulheres, os funerais pomposos e ruinosos, os casamentos forçados, as distorções da herança tradicional, certas práticas educacionais tais como a entrega de crianças a tutores que as mandam mendigar, os raptos de mulheres, etc.

Florença concentrada na sua intervenção (Calequisse)

A questão da excisão é altamente geradora de conflitos pois ela faz chocar as convicções de grupos diametralmente opostos. Assim, partes das populações islamizadas consideram que a mutilação genital da mulher está ligada a um preceito religioso e condiciona tanto a vida social como espiritual da mulher. Os argumentos científicos, históricos ou racionais não têm validade aos olhos dos partidários desta prática. Daí um conflito surdo que grassa e adquire contornos abertos quando os mecanismos de recalçamento já não conseguem funcionar. O conflito abafado, inerente à melindrosa questão do «fanado da mulher», como se designa comumente a excisão, não é apenas limitado a certos círculos. Ele cria mal-estar e confrontos familiares entre pessoas de posições diferentes na mesma família, ergue as novas gerações abolicionistas contra as



peessoas idosas mais conservadoras, e atinge mesmo níveis nacionais, pois o debate sobre a abolição da excisão é um verdadeiro pomo de discórdia que já chegou ao parlamento nacional. Referindo um episódio de pressão exercida sobre os eleitos da nação que se subtraíram às suas responsabilidades adiando *sine die* um debate parlamentar sobre a mutilação genital feminina, um interveniente na auscultação realizada em Tite (Região de Quínara) criticou:

«Dissemos que é preciso acabar com o fanado das mulheres. Muitos recusaram. Até aqueles que nós escolhemos na base como deputados, têm medo de votar uma lei sobre a mutilação genital feminina».³³

A verdade é que esta questão coloca os deputados entre a espada e a parede. A sua popularidade depende do posicionamento face a uma bicuda questão que tem vertentes culturais, religiosas, de saúde pública, de direitos humanos etc., e que é sobretudo uma questão que gera reacções comunitaristas. Assim, quando os políticos muçulmanos tomam posição contra o «fanado», são acusados de traição. Quando se trata de condenações da prática por parte de deputados cristãos ou animistas, eles são acusados de ignorância, incompreensão ou mesmo desprezo face aos usos e valores culturais de grupos socioculturais diferentes. Qualquer que seja o posicionamento assumido, este gera conflitos.



Aladje Lássana Dabó intervindo na sessão de auscultação em Bissorã

³³ Manuel Djú, pastor da Igreja Evangélica; Tite, 31 de Maio de 2008.

Uma outra importante fonte de conflito são as crenças na feitiçaria que geram acusações e represálias. As práticas ocultas como o «roubo da alma» ou a introdução de doenças por vias místicas foram muito mencionadas como origens de conflitos pois as acusações sem fundamentos racionais geram comportamentos irracionais e conflitos difíceis de dirimir.



Intervenção do presidente da Associação de Jovens de Calequise

A expressão mais dramática deste imbróglio provocador de conflitos foi dada na sessão realizada em Tite, na região de Quínara. Esta região é, com efeito, um verdadeiro barril de pólvora devido à multiplicação e intricação de vários conflitos ligados a acusações de feitiçaria, casamento forçado, fuga de raparigas destinadas a casamentos tradicional ou forçado, de confronto entre crenças cristãs e tradicionais. Como disse uma participante referindo à forte prevalência das práticas nefastas na região de Quinara:

«Os crimes dos criminosos é mesmo aqui que estão. Más coisas, maus hábitos, mau tratamento também há aqui.»³⁴

Neste imbróglio destacam-se as execuções sumárias feitas quando pessoas são suspeitas e condenadas por decisões populares irracionais.

Referindo esta grande fonte de conflitos, um dos interveniente em Tite disse:

³⁴ Fátima Djicó, presidente da associação Para Ka Tem; Tite, 31 de Maio de 2008.

«Quantas pessoas foram mortas porque disseram que elas eram feiticeiras? As mulheres ficaram viúvas, os filhos estão aqui... Será que não ficaram com raiva no coração? Como é que pode haver paz na região de Quínara?»³⁵

Assim o conflito pode continuar de geração em geração, perpetuando ódios assentes em bases irracionais.

Kankurã* na igreja

O sector de Tite destacou-se os últimos anos pela sua capacidade de levar ao paroxismo as querelas entre Igreja Evangélica e práticas tradicionais. Na auscultação que teve lugar na vila de Tite, os debates entre praticantes de vários credos foram acesos, tensos, barulhentos e apaixonados. Foi a sessão em que a tarefa de facilitação da equipa de Voz di Paz requereu mais saber-fazer e diplomacia para arredondar as arestas num debate onde estiveram face a face os protagonistas de vários dramas familiares. Com paixão, um pastor que sofreu com dezenas de jovens contou como enquanto eles estavam num acampamento de jovens evangélicos, entraram pessoas com um kankurã improvisado, fizeram pancadarias, molestando à catanada vários jovens e raptando o pastor, que foi levado à barraca de fanado. Este ataque contra um agrupamento religioso era apenas o ponto mais alto de um choque cultural entre os missionários evangélicos e os balantas fiéis às suas práticas sociais repudiadas pelos evangelizadores.

As questões colocadas pela equipa de Voz di Paz conseguiram pôr a nu a verdadeira origem desta querela que desembocou em violência: a subtracção das raparigas à tutela das suas famílias.

De facto, ao longo dos anos de progressão da fé evangélica no sector de Tite, várias dezenas de raparigas fugiram do lar para escaparem ao casamento forçado, refugiando-se em Bolama, donde seguiam para Bissau. Os seus pais, e sobretudo os tios, que na tradição arrumam os casamentos das sobrinhas, acumularam frustrações e desenvolveram uma repulsão que gerou um ódio cuja expressão paroxística foi a pancadaria de jovens evangélicos.

Visto o elevado grau de conflituosidade, Voz di Paz decidiu intervir junto dos pastores e anciãos da Igreja Evangélica, assinalando os riscos de choques maiores e dramáticos. Pouco tempo depois da auscultação, os pais e os religiosos evangélicos encontraram uma solução em que as raparigas fugidas puderam voltar a casa sem recear casamentos forçados.

³⁵ Formosinho da Costa, inspector de ensino e responsável da Liga Guineense dos Direitos Humanos na região de Quínara, 31 de Maio de 2008.

Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

* Uma figura tradicional encarregue de manter ordem e disciplina nos períodos das cerimónias de iniciação, com uma rudeza destinada a amedrontar e obter a submissão de todos.

O tráfico de crianças talibés, isto é crianças de escolas corânicas que mendigam por conta dos seus mestres quer nas cidades do país quer no estrangeiro, é uma fonte de conflito circunscrita às populações islamizadas. Esta causa de conflito foi muito referida nas regiões de Bafatá e Gabú. Foi sublinhado que a prática introduz desavenças nas famílias, e entre os pais e as organizações que pugnam pelos direitos das crianças. Esta prática que não é nova se tornou uma importante fonte de conflitos nos últimos anos devido à sobreposição de interesses mercantis ao papel de educação que as escolas corânicas devem jogar. O facto de a religião estar na base das práticas incriminadas dá à contenda um relevo especialmente apaixonado tal como no caso dos conflitos gerados pela mutilação genital feminina. As oposições entre comunidades espreitam qualquer tomada de posição.



Dona Fátima, professora em Bula, falando do roubo de crianças

Outras práticas, como os ritos funerários, geram conflitos na região de Cacheu, onde a etnia manjaco dá uma importância excepcional aos ritos fúnebres, geradores de pesadas despesas.



Divergências agudas opõem os representantes das novas gerações que denunciam estas práticas em nome de uma racionalidade económica baseada no valor da poupança e da acumulação do capital, e os representantes da velha geração que privilegiam uma lógica social e cultural que dá um valor simbólico extremamente elevado ao esbanjamento *post-mortem* de bens laboriosamente acumulados ao longo de uma vida com o único fim de servir para a consagração social. Para uns é um desperdício, para outros é a coroação de uma vida de labor. Entre as duas lógicas em confronto, as margens para uma conciliação são estreitas.

A questão da herança também aparece como uma das mais conflituosas. O pomo de discórdia é entre as tradições de sucessão matrilinear e as leis do Estado moderno.

Com efeito, certas etnias, nomeadamente os pepel e os manjaco, têm uma tradição de sucessão matrilinear que faz passar a herança do tio ao sobrinho. Esta tradição é doravante contestada pelas jovens gerações, que querem usufruir dos bens dos seus genitores directos. Daí conflitos internos às famílias entre diferentes graus de linhagem. Estes duelos que se multiplicam têm como termos uma lógica secular de herança fortemente enraizada nas mentalidades e uma lógica inspirada das leis do Estado moderno. As regiões de Cacheu e Biombo estão entre as mais afectadas por este tipo de conflito.

A este imbróglio jurídico-cultural acrescenta-se a contestação de certas tradições que recusam ou limitam o direito das mulheres de ter acesso à herança ao mesmo título que os homens. Os conflitos em torno da posição social da mulher alimentam também a doravante polémica prática do levirato, que dá a um homem o direito de herdar a mulher do seu irmão falecido e, em certas regiões, faz da própria mulher uma parte da herança legada pelo defunto. Esta tradição e as suas implicações sociais, económicas, jurídicas, etc. estão entre os focos mais activos de conflitos.

3.3 PROBLEMÁTICAS TRANSVERSAIS DE CONFLITOS

3.3.1 *Corrupção*

A corrupção foi longa e amplamente debatida em todas as sessões de auscultação. Ela é considerada a mãe dos vícios. O seu carácter difuso é denunciado. A sua generalização em todas as escalas é fustigada como a matriz da pobreza que grassa no país. A corrupção dos dirigentes é particularmente denunciada como geradora de conflito e pobreza. Como disse um painelista na sessão de Bissorã:



«O presidente rouba. O governador rouba. O ministro, e mesmo o primeiro-ministro, roubam. O administrador rouba. Quem é que não vai roubar?»³⁶



Ausculção em Bafatá

Na perspectiva dos participantes nas sessões de escuta, se a corrupção é a mãe dos vícios, a corrupção dos dirigentes é altamente condenável, pois estes têm por missão velar pelo bem público. Por conseguinte, a traição desta missão acarreta danos irreparáveis e acrescidos. Esta responsabilidade é vista como um crime público destruidor. Tal é o sentido da indignação clamada por um participante na sessão de escuta de Bissorã:

«A terra está a ser destruída a partir do Presidente Supremo. Foi lá que começou a destruição. Se o Presidente toma quatre-vingts milliards, o que é que sobra?»³⁷

³⁶ Aladje Lassana Dabó, representante da comunidade muçulmana de Bissorã, 10 de Maio de 2008.

³⁷ Aladje Lassana Dabó, representante da comunidade muçulmana de Bissorã, 10 de Maio de 2008.



O Régulo de Cossé na sua intervenção

Esta interrogação abre um campo muito vasto de consequências, pois mostra que na perspectiva da população mais do que o acto da corrupção feita por um dirigente, é a cadeia de actos de corrupção que esta postura desonesta inaugura e autoriza que é importante. De facto o valor de exemplaridade que deve ter o chefe é prezado pela população. Quando esta exemplaridade torna-se negativa, à revelia daquilo que se deve esperar, o abismo das consequências negativas é profundo. Assim a corrupção é, para a população, uma das maiores fontes dos males do desenvolvimento, pois ela desvia os recursos do bem público para os verter nos assuntos privados, prejudicando, em primeiro lugar, os mais desfavorecidos. Por isso na perspectiva da população, a corrupção não está apenas ligada à impunidade e falta de justiça, ela alimenta a injustiça em detrimento dos mais fracos e mais desfavorecidos. É o que denuncia uma participante na auscultação de Bissorã:

«Os centros de saúde não têm nada, os doentes não têm cama, não têm lençóis. Os dirigentes andam a construir prédios. Não é o povo que está a estragar. O povo está unido, mas o Estado não quer a nossa unidade. Eles estão a pôr-nos uns contra os outros. Dizem-nos “Tal pessoa não presta. Tal linhagem não presta”. Nós brigamos. Eles vão se sentar e comer juntos, rir e tocar palmas. As concubinas todas têm carros.»³⁸

³⁸ Adja Suntu Mané, anciã; Bissorã, 10 de Maio de 2008.

Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

Esta denúncia feita aos gritos e com dor põe em relevo o cinismo que a população detecta atrás dos actos de corrupção. Para ela, trata-se de uma atitude conscientemente maldosa dos actores principais da governação. Através esta atitude é que surge uma teia de cumplicidades que alastra o mal a coberto de impunidade. Vista sob este prisma, a corrupção cresce no leito do mau funcionamento da justiça que origina a impunidade.



A degradação das infra-estruturas tem responsáveis. Onde estão?

De facto, a impunidade é salientada como um mal que progride e que faz crescer outros males. Por esta razão, na perspectiva dos painelistas, a corrupção é a parte visível de um conjunto de males que radicam na fraqueza do Estado e na má governação. Assim, a corrupção não é vista apenas como um fenómeno social deplorável, mas sobretudo como um sistema de predação estruturado por interesses que tiram proveito da má governação e do falhanço da administração da justiça assente na fraqueza geral do Estado.

A corrupção é considerada como gerando conflitos entre predadores do bem público. De facto, a escassez dos recursos obriga os corruptos em número cada vez mais elevado a entrar em luta para o açambarcamento de bens que não lhes pertencem.

«O que está a suceder é que entre eles batem-se, matam-se e roubam os nossos bens. Porquê? Onde está o Tesouro Público? Penso que nenhum de nós aqui presentes entrou lá... Como é que alguém pode roubar no



*Tesouro Público cerca de 75 milhões para seu benefício próprio? O Governo abre os olhos, vê que essas pessoas foram presas e diz-lhes: “Agora podem ir ao mercado de Bandim. Só amanhã é que vão ser julgadas”».*³⁹



O que foi feito dos nossos sonhos?

Como se nota na intervenção anterior, a população identifica como uma das causas de conflitos a pressão tremenda e indevida que se faz sobre os bens públicos raros. Existe, assim, a consciência clara de uma relação triangular e dinâmica entre a escassez de recursos públicos, a corrida para o açambarcamento destes, e a corrupção. Ademais, como transparece na indignação do interveniente, a corrida à apropriação indevida de bens públicos raros é facilitada pela complacência dos dirigentes que assenta na impunidade. O carácter devastador da dupla formada pela corrupção e a impunidade é ilustrado pelo facto de os seus efeitos atingirem todos os níveis, de cima a baixo, e mesmo as instituições vocacionadas para lutar contra os crimes e preservar a paz social:

³⁹ Amadu Seidi, Pirada, 7 de Junho de 2008.

«A polícia aqui está a oficializar o roubo. Porque quando apanhamos um ladrão, levamo-lo à polícia, e no dia seguinte vemo-lo na rua. Há casos que o ladrão suborna o polícia até com 100.000 Francos e depois queixa-se de ti. Temos três processos desses aqui no tribunal.»⁴⁰

Esta denúncia feita em Bissorã por um responsável de associação ilustra a inversão de papéis em instituições cujo devido funcionamento deveria ter ajudado a evitar conflitos, garantindo a paz social. Esta verdadeira inversão de valores, prejudicial à concórdia nacional, representa o auge de uma degradação que tem raízes profundas.

Salientam, mesmo, os auscultados que já se criou uma noção de bravura assente na ousadia e habilidade demonstradas na realização de actos de corrupção. Assim, a dita valentia do «matchu», este homem destemido prezado pela sociedade guineense, expressa-se hoje essencialmente na capacidade de cometer actos de corrupção que assombram o resto da sociedade. A dita cultura de «matchundade» adquiriu uma nova conotação radicada na corrupção. Esta inversão de valores é vista como o cume de uma longa evolução negativa.

Assim, para muitos participantes a situação actual é apenas o reflexo de um longo processo que remonta aos primeiros passos do Estado guineense. Por isso, a responsabilidade histórica dos primeiros dirigentes está fortemente engajada no processo de corrupção gerador de conflitos:

«Ontem nós não conhecíamos dinheiro. Agora conhecemo-lo. Até demais. Os que o conhecem melhor são os antigos guerrilheiros. Eles não conheciam dinheiro no mato. Ainda bem, porque no caso contrário já teríamos todos desaparecido. Não conheciam dinheiro, mas agora conhecem-no à bruta.»⁴¹

Esta referência irónica às contradições entre as pretensões dos combatentes da liberdade da pátria de criarem uma sociedade renovada cujo pilar seria o homem novo despido dos vícios causados pelo capitalismo e as realidades reveladas mais tarde pela avidez das classes dirigentes oriundas da própria luta mostra o fraco apreço de certos segmentos da população pela classe dirigente, acusada de ter um comportamento predador que favorece a emergência de conflitos.

3.3.2 Fraca cultura de diálogo

As relações conflituosas que se desenvolvem no país têm fundamentalmente a ver com o défice de diálogo na sociedade. O guineense foi descrito nas sessões de auscultação como um ser pouco dialogante que prefere o recurso à força para resolver situações que poderiam ser ultrapassadas facilmente com uma troca de palavras sensatas.

⁴⁰ Eusébio Labana, presidente da associação Cabaz de Biur, 10 de Maio de 2008.

⁴¹ Aladje Queluntam Sambu, membro do ERD de Quínara; Tite, 31 de Maio de 2008.

Os casos mais caricatos surgem geralmente entre as pessoas que estão em posição de autoridade e as outras. Uma pessoa investida de uma autoridade legal usa de preferência a força para cumprir a sua missão em vez de recorrer à persuasão, que pode ser mais eficiente.

«Quando uma autoridade chega a um local deve perguntar pela identificação das pessoas. Mas, aqui eles chegam, e sem perguntar o que quer que seja, espancam as pessoas. Isso não pode ser lei de um país, exibir a força todo o tempo. Se nós continuarmos assim, não haverá paz.»⁴²

Assim lamentou-se um participante na sessão de escuta realizada em São Domingos, denunciando o comportamento brutal dos agentes de segurança, de defesa e outros elementos afectos à execução de missões relacionadas com a manutenção da ordem. Na base deste comportamento está uma concepção do poder ditatorial da autoridade, que leva a uma incomunicação entre pessoas encarregues de uma missão e os outros cidadãos que estimam que têm direitos, e direito a um tratamento dignificante.



Devemos acabar com a cultura de matchundade (Bissau)

A mesma brutalidade é denunciada nas relações diárias entre os cidadãos. Deste modo, a fraca capacidade de diálogo entre cidadãos é apontada como a fonte de violências frequentes que

⁴² Issa Ndjai, São Domingos, 26 de Abril de 2008.

tolhem relações apaziguadas na sociedade. A origem desta fraca propensão ao diálogo é atribuída àquilo que comumente se designa de cultura de *matchundade*.

A *matchundade*, esta versão tipicamente guineense do machismo, não é apenas uma versão local do desequilíbrio na relação entre sexos na sociedade. Trata-se de um verdadeiro culto da virilidade que leva a comportamentos violentos para assentar uma dominação brutal dos varões sobre os outros. Trata-se, portanto, de uma visão guineense da lei do mais forte ou do mais violento. É uma ditadura da violência e pela violência. Enquanto ditadura pela violência, ela afecta directamente as vítimas de comportamentos violentos. Mas quanto ao seu aspecto de ditadura da violência, ela afecta também os próprios autores de violências pois tornam-se escravos do seu culto e dos seus actos.

O culto da prepotência e da violência no qual radica a cultura de *matchundade* leva a considerar o diálogo como um exercício reservado aos fracos. Nesta ordem de ideias, a cedência ou concessão numa discussão ou numa disputa é considerada uma vergonha e uma capitulação. Nestas condições os atritos, mesmo menores, tornam-se geradores de grandes conflitos com consequências graves.



A matchundade não é uma característica feminina

Os participantes nas sessões de escuta consideram que os maiores conflitos no país foram gerados pela ausência de tradição de diálogo construtivo e do compromisso dinâmico que permite saídas de crise airoas por todos.



O exemplo mais citado é a guerra civil de 7 de Junho, que podia ter sido evitada se tivesse existido uma vontade de diálogo entre as partes. A dureza e a duração deste conflito fratricida são atribuídas à vontade das partes de mostrar a sua *matchundade*, preferindo aniquilar milhares de vidas e destruir o país, do que discutir para alcançar um compromisso.

Esta fraca capacidade de ultrapassar os diferendos pelo diálogo foi também ilustrada por casos doravante célebres de inimizade secular entre aldeias. Assim, na sessão de auscultação realizada em São Domingos, uma participante mencionou o caso de tabancas do chão de Felupe (no norte) que estão de costas voltadas desde tempos imemoriais sem que ninguém consiga apurar as causas profundas do conflito nem proporcionar um diálogo construtivo para sair do impasse.

«Aqui há tabancas que estão em desavença com outras por questões pequenas. Não se relacionam entre si, e ameaçam-se. Podem fazer um inquérito para ver. Se isso não for saneado, pode trazer uma guerra. Temos o caso de Elia, temos o caso de Arame e temos o caso de Jobel.»

43

Na verdade, estes casos citados pela interveniente já se tornaram célebres pela impenetrabilidade das razões profundas da desavença e pela tenacidade do conflito surdo entre ramos da mesma etnia e tabancas vizinhas.



Diálogo num grupo de trabalho sobre as causas de conflitos (Ingoré)

Trata-se de uma questão bem conhecida como provocadora de conflitos surdos nas aldeias, entre aldeias e nas famílias. Neste caso, não se trata apenas de ausência de diálogo, mas também da incapacidade de resolver pelo diálogo problemas entre vizinhos ou familiares. As questões

⁴³ Paula Pereira, funcionária pública; São Domingos, 26 de Abril de 2008.

fundiárias são conhecidas por originar conflitos sem fim por causa da incomunicação entre os protagonistas. Referindo este tipo de situações, uma participante declarou na sessão de escuta realizada em Mansoa (Norte, Região de Oio):

Quem é que não sabe que na nossa região há conflitos fundiários? Basta irmos a Morés, a Cambedje, Nharos. Irmãos andam a matar-se entre si por causa das delimitações de terreno, mas não há ninguém para resolver isso. Ninguém fala disso. Um homem-grande disse-me: «Irmã, eu não tenho medo do conflito que está na fronteira, eu tenho medo dos conflitos entre nós, porque desses nunca falamos abertamente.»⁴⁴

Para alguns participantes, haveria mesmo uma especificidade que tornaria maior a incapacidade de diálogo. Ela foi assim estigmatizada por um participante na mesma sessão de escuta realizada em Mansoa:

«O filho da Guiné é rancoroso. O filho da Guiné cultiva o ódio. Os chamados “casos”... Quantas vidas já foram assim ceifadas? O ódio continua sempre.»⁴⁵

Estas interrogações sobre os estragos causados pela fraca capacidade de diálogo e esta permanência do mal através dos anos revelam uma espécie de autismo colectivo perante os males originados pela fraca capacidade de dialogar sobre assuntos comuns, sejam eles conflituosos ou não, grandes ou pequenos. Uma jovem participante na sessão de auscultação realizada em Bissorã mostrou esta dimensão às vezes mesquinha da incapacidade de dialogar, mesmo entre pessoas próximas:

«Às vezes há problemas familiares. E quando não sabes ultrapassá-los e não tens coração de gelo para te conter, isso traz questiúnculas que podem levar a brigas até ao ponto de se esfaquear.»⁴⁶

Aí sobressai todo o absurdo da situação, e revela-se a incongruência desta fraca capacidade de diálogo que aparece finalmente como um paradoxo nacional. Pois, trata-se de um país pequeno onde existe uma densa teia de laços consanguíneos dos guineenses. Aliás, os próprios guineenses costumam dizer que são todos irmãos e primos. Estas proximidade geográfica e esta consanguinidade deveriam ter favorecido o diálogo para a resolução dos diferendos, evitando a transformação de *questiúnculas* em conflitos sangrentos. Eo contrario, a grande proximidade se tornou num obstáculo, pois impede de tratar abertamente as questões difíceis. Elas são caladas. Mas a acumulação de frustrações em torno de problemas menores mal resolvidos assim como a gestão de conflitos emergentes por recalçamento acabam por transformar o país numa marmitta de pressão que regularmente descarga o excesso de pressão por vias de erupções violentas

⁴⁴ Irmã Bety, religiosa católica; Mansoa, 19 de Abril de 2008.

⁴⁵ Paulo Bodjam, ex-deputado do Partido da Renovação Social, professor; Mansoa, 19 de Abril de 2008.

⁴⁶ Eva Ribana, estudante; Bissorã, 10 de Maio de 2008.

Cuidado com o pé!

“O guineense não dialoga. O guineense prefere a guerra ao diálogo. O guineense ousa enfrentar a morte mais do que a verdade.” Tais são algumas das afirmações que se ouvem todos os dias em conversas públicas. Infelizmente, estas asserções são frequentemente corroboradas por exemplos diários produzidos por aquilo que se chama de cultura de matchundade, isto é, esta propensão bem guineense a medir o valor de um homem, um macho, através da sua capacidade de ser áspero, arrojado, violento, prepotente, temível, repelindo qualquer tentativa de “falta de respeito” por reacções rijas. Este culto do desassombro levado a uma dimensão paroxística acaba por ser um obstáculo à paz, pois impede a instauração de relações de confiança numa sociedade dominada por comportamentos de confronto pela via da força. Como contou um participante numa das escutas feitas em Bissau: “O guineense, quando alguém lhe pisa o pé, cala-se em vez de dizer ao próximo o mal que ele fez. Quando a mesma pessoa volta a pisá-lo, o magoado continua calado por vergonha ou por complexo de dizer a verdade. Quando pela terceira vez, inconscientemente a pessoa volta a pisar o mesmo pé, então o magoado reage dando um soco e dizendo, é a terceira vez que me provoca.” Esta “parábola” do pé pisado ilustra bem a falta de diálogo construtivo que explica muitos conflitos. Cuidado com o pé!

3.3.3 Perda de valores

A erosão de valores positivos foi salientada como uma fonte de conflitos entre diferentes camadas da sociedade. A questão foi sobretudo levantada pelos adultos para denunciar os comportamentos da nova geração que já não respeita valores outrora vigentes.

O principal problema surge em torno do valor do trabalho. Como referiu uma participante na sessão de escuta de Calequisse (Norte, Região de Cacheu):

«Os jovens têm que trabalhar para dar aos grandes. Mas hoje são os grandes que trabalham para alimentar os jovens. Porquê?»⁴⁷

Esta constatação é o reflexo de uma evolução social que diminuiu aos olhos da nova geração o valor antigamente atribuído ao trabalho manual, sobretudo o trabalho agrícola. As evoluções introduzidas pela educação formal na perspectiva do mundo ocidental deslocaram o afecto dos jovens para outros centros de interesse. As suas referências de auto-estima já não se situam no respeito de uma tradição rural que muitos julgam ultrapassada. Esta evolução, acelerada pela penetração de modelos citadinos facilitada pelos contactos intensos entre campo e cidade, gera conflitos entre gerações. Uma intervenção feita na sessão de escuta realizada em Cossé (Leste,

⁴⁷ Amélia Pote, oleira; Calequisse, 23 de Abril de 2008.

Região de Bafatá) ilustra o desamparo dos pais frente ao desafecto dos jovens por aquilo que constitui ainda o substrato das referências e valores dos adultos.

«Agora tu nem podes com os teus filhos, quanto mais com os filhos dos outros. Quando chega a altura de lavar, os jovens vão para Bissau. Quando chega a altura de colher o milho basil, eles vêm com a sua faca, cortam todo o milho e levam-no para Bissau.»⁴⁸

Esta insistência na desvalorização do valor social do trabalho agrícola é um tema recorrente em todas as regiões. Mas cada região tem uma especificidade. Assim, em certas zonas, é o êxodo rural que constitui o estrangulamento, acarretando a degradação não só do valor do trabalho como também do valor económico da própria região empobrecida pela fuga de mão-de-obra. Na região de Cacheu, por exemplo, o valor tanto social quanto económico do trabalho rural é desprestigiado pelas perspectivas de emigração que afastam os jovens da terra, criando conflitos com os mais idosos.



A precariedade da criança é uma realidade

Um outro valor em processo de forte e rápida erosão é a moralidade. A degradação dos valores da moral tradicional tornou-se um foco de conflitos. Assim, certas práticas nefastas como a divulgação de filmes pornográficos sem nenhuma restrição, mesmo para as crianças, criam mal-estar e introduzem oposições nas sociedades que colocam no centro dos seus valores o pudor

⁴⁸ Calidu Baldé, imame; Cossé, 5 de Julho de 2008.

que faz de muitas temáticas ligadas ao sexo, verdadeiros tabus. Como assinala uma religiosa que participou na sessão de escuta realizada em Mansoa:

«Fazem uma pequena barraca na tabanca onde passam filmes pornográficos para crianças de sete, oito anos, apenas por 150 francos. Por vezes são financiados por pessoas que ocupam altos cargos, dirigentes da sociedade. Será que ninguém sabe disso?»⁴⁹



Um outro foco de conflitos é o consumo excessivo de álcool e o uso de droga pelas novas gerações. Estas práticas tendem a estender-se por causa da ociosidade e das relações mais intensas entre a cidade e o campo. Não há nenhum segmento da sociedade e nenhuma parte geográfica do país que esteja ao abrigo da progressão deste mal. As consequências sobre a coesão social são desastrosas. Como referiu um idoso na sessão de auscultação havida em Cossé (leste, Região de Bafatá):

«Os anciãos estão aflitos com os filhos porque já conhecem a droga, o álcool, e viram-se contra os grandes. Quando se dá o caso de irem parar à autoridade, esta diz: 'O filho é teu'.»⁵⁰

Os jovens dedicam-se cada vez mais ao consumo de droga (Iemberém)

Outros valores são assinalados como em vias de degradação, com consequências desastrosas para o país. Menciona-se entre outros a solidariedade social que tende a desaparecer, criando exclusões e conflitos. Em toda a parte são assinalados conflitos entre tradição e modernidade. O mal-estar gerado provoca confrontos difíceis de resolver por causa da oposição de lógicas e perspectivas.

⁴⁹ Irmã Bety, religiosa católica; Mansoa, 19 de Abril de 2008.

⁵⁰ Adji Djaló, representante da Associação dos Agricultores de Guiledje; Iemberém, 30 de Maio de 2008.

3.3.4 Injustiça / exclusão social

Os guineenses mostram-se sensíveis às manifestações e consequências da injustiça e da exclusão social como fontes de conflitos. A origem desta sensibilidade pode ser encontrada nos sonhos igualitários nutridos nos primeiros anos da independência, banhados numa ideologia socializante. Contraposta a este idealismo dos primórdios da nação, surgiu, implacável, uma grande desilusão que se acumulou ao longo de três décadas de aprofundamento de práticas de desgovernança que cavaram a sepultura dos ideais de bem comum e ergueram o pedestal do autoritarismo, da regressão económica e social, da desigualdade fundada na injustiça, e da exclusão alicerçada numa visão egoísta e exclusivista do bem-estar.



Mulheres a trabalhar na bolanha para a família (Gabú)

Uma das formas de injustiça geralmente denunciadas é o abuso de poder. Este aspecto está ligado com a longa prevalência de poderes autoritários num país que só começou a lidar com os rudimentos da democracia a partir de 1991.

Acrescentada a esta longa prevalência do autoritarismo, vem uma mentalidade virada para a prepotência. O quadro propiciador do abuso de poder é completado pelo vazio institucional deixado pelo recuo e enfraquecimento do Estado, que possibilitam o desenvolvimento de práticas



nocivas à coesão social e geradoras de conflitos. Um dos grupos indexados na denúncia do abuso de poder é conjunto dos militares e paramilitares.

Como refere a experiência amarga evocada por um participante na auscultação de Bubaque:

«Tu estás armado, e por causa disso vais roubar a minha comida. Quando é que essa raiva pode sair do meu coração, para haver paz? Alguém abusa de ti no teu trabalho. Só porque tem uma arma, rouba a tua comida e vai dar à sua família.»⁵¹

Além das forças de defesa e segurança, o grupo dos dirigentes políticos é fustigado pela sua rapacidade e pelo seu egoísmo. Independentemente do efeito nefasto da injustiça actual, as populações vislumbram no comportamento da classe dirigente, uma tentativa de estabelecer dinastias de privilegiados. Tal é o sentido do grito de indignação soltado por uma participante na sessão de escuta realizada em Bissorã:

«Eles querem mandar sobre os pobres, e que depois, os seus filhos também o façam. É isso que eles procuram fazer, mas Deus não é só para eles.»⁵²

Paralelamente às assimetrias entre grupos sociais, denuncia-se também as assimetrias regionais como fontes de conflitos:

«Deve haver equilíbrio. Por exemplo, se houver escola numa localidade e noutra não, não haverá paz, sempre haverá divergências. Nós queremos pelo menos um professor em Pecixe. Mas isso não aconteceu. Por isso achamos que só há paz num lado.»⁵³



Há quarenta anos que não recebo o meu salário

⁵¹ Caixote Correia, pescador; Bubaque, 24 de Maio de 2008.

⁵² Adja Suntu Mané, anciã; Bissorã, 10 de Maio de 2008.

⁵³ Raimundo Có, representante da Associação dos Jovens de Pecixe; Calequisse, 23 de Abril de 2008.

Esta referência é particularmente representativa da visão dos conflitos gerados pela injustiça e pela exclusão. Em primeiro lugar fustiga-se a má governação geradora de conflitos sociais frequentes nas escolas. A seguir denuncia-se o efeito perverso induzido pelo não pagamento dos salários dos professores, que causa, por arrastamento, um funcionamento defeituoso do ensino público mais procurado pelas famílias modestas e pobres enquanto que os pais abastados inscrevem os seus filhos em escolas privadas que exigem propinas proibitivas, ou mandam as suas proles privilegiadas aos países europeus, onde têm direito a uma formação de qualidade, escapando assim às consequências desastrosas da má governação protagonizada pelos genitores.

«Há que ter dinheiro para pagar a escola do Estado. Nós não temos dinheiro. Mas só os filhos deles vão para a terra dos brancos. Os nossos, os dos pobres, conhecem só greve nas escolas.»⁵⁴

Assim, a falta de interesse dos dirigentes pelo bem comum é vista como fortemente penalizante para os pobres e sem inconveniências para os ricos.

Na perspectiva da população ouvida, a injustiça tem também as suas origens na corrupção:

«Há uns que vivem bem e outros que vivem mal. Com o mesmo trabalho há uns que têm carros e vivem muito melhor do que os outros. Isso também traz conflito.»⁵⁵

Esta denúncia é das mais correntes, pois os participantes nas sessões de escuta pensam que a corrupção é a mãe das assimetrias geradoras de conflitos, quer entre pessoas, quer entre regiões. As estas assimetrias se sobrepõem os prejuízos causados a toda a sociedade, geradores de cadeias de sofrimentos e revoltas, fontes de violência.



Viajar no campo é uma aventura perigosa

⁵⁴ Aliu Mané, Régulo de Bigene; São Domingos, 26 de Abril de 2008.

⁵⁵ António Monteiro, representante da Associação AFASCA; Cacheu, 17 de Maio de 2008.

Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

Mesmo entre militares e polícias a desigualdade de tratamento é vista como provocadora de conflitos:

«Há descontentamentos por causa dos salários. Em qualquer parte do mundo a polícia tem um bom salário porque trabalha 24 horas por dia. Aqui acontece o contrário. Os militares ganham muito mais do que nós.»⁵⁶

Vinda de um agente policial que participou na sessão de escuta organizada em Bula (Região de Cacheu - Norte), esta referência ao descontentamento dos polícias conscientes de injustiças originadas por desigualdades entre militares e forças de segurança deita uma luz crua sobre a extensão e a diversidade do sentimento de injustiça. Ela traz à tona o demasiado peso conquistado pelos militares e os privilégios arrebatados por esta classe que se singularizou na história do país pelas suas frequentes incursões nas esferas políticas e governativas. Na percepção de muitos, estes privilégios dos militares são exorbitantes e indevidos. A declaração do agente de polícia supracitada deixa entender que a polícia, pouco envolvida nas acções de desestabilização política e menos perturbadora da ordem institucional, é mal paga de volta, pois os militares recebem uma maior atenção e um melhor tratamento como preço da sua intranquilidade e insubmissão.



Auscultação num jardim infantil da Igreja Católica (Bula)

A instrumentalização das religiões é também provocadora de injustiça, na perspectiva evocada por populares auscultados:

⁵⁶ Capitão Alanhate Indami, Comandante da Esquadra de Polícia de Bula; Bula, 14 de Maio de 2008

«Um problema é a relação do Governo com os muçulmanos. Estes recebem bolsas do Governo para ir à Meca, mas as outras religiões não recebem nada.»⁵⁷

Esta diferença de tratamento é várias vezes criticada, pois desde o período colonial, favores foram acordados a fiéis muçulmanos como meio de se assegurar a lealdade política de chefes religiosos muito influentes. A continuação desta política é cada vez mais denunciada como um tratamento diferenciado, desigual e gerador de conflitos.

Em Boé, a injustiça e a desigualdade são fortemente sentidas. Na verdade, elas são vividas como uma ingratidão, pois este berço da independência da Guiné-Bissau é hoje a região mais isolada do conjunto nacional, abandonada à margem da marcha do agregado nacional. Trata-se de um sentimento de insatisfação que inspira um descontentamento profundo.

«Não estou nada contente. O Governo deve pagar o que deve às pessoas. Cada um deve ter o seu direito na Guiné-Bissau, assim vão ver se as pessoas vão ou não ficar contentes. Se há diferenças sociais, há problemas.»⁵⁸

Para uns este descontentamento vai até a uma espécie de desespero maldoso:

«Nós amaldiçoamos a Guiné-Bissau, a que demos a independência mas que nunca nos reconheceu nem compensou o nosso sacrifício»⁵⁹

O mesmo sentimento de evoluir à margem do resto do país é vivido na ilhas Bijagós.

Mesmo entre as etnias surge um sentimento de injustiça e exclusão. Trata-se da expressão nova de um sentimento que tem raízes mais antigas. As diferenças étnicas até aqui bem reais não colocaram problemas até à sua instrumentalização recente por líderes e grupos políticos. A insistência sobre estas diferenças e sobre as diferenças de tratamento que supostamente afectam certos grupos étnicos deram espaço a sentimentos de exclusão expressos na auscultação realizada em Tite. Um participante serviu de porta-voz à consciência de uma discriminação e falta de respeito pelo próximo, atingido nos seus valores:

«Os balantas não discriminam ninguém. Mas há outros que vêm com abusos, pensam que são superiores a todos. Isso é que é violência.»⁶⁰

⁵⁷ Lucas Mané, funcionário público; Bubaque, 24 de Maio de 2008.

⁵⁸ Aladje Safula Camará, líder de opinião; Tchetché, 14 de Junho de 2008.

⁵⁹ Aladje Safula Camará, líder de opinião; Tchetché, 14 de Junho de 2008.

⁶⁰ Carlitos Kssif, camponês de Foia; Tite, 31 de Maio de 2008.

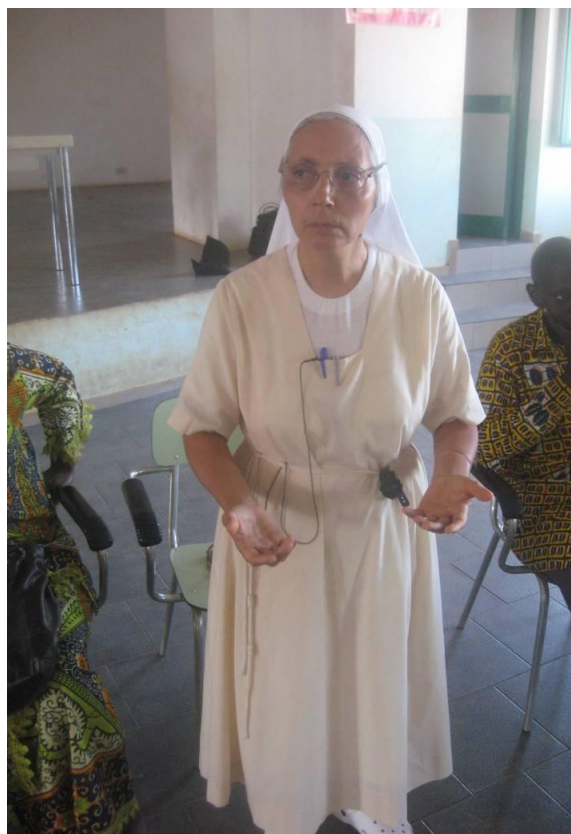
3.4 Problemáticas emergentes de conflitos

Na categoria dos problemas emergentes agrupam-se temáticas que os guineenses vêem como perigos em via ascendente. Algumas delas eram tidas por desconhecidas há poucos anos. Outras eram consideradas estranhas à mentalidade guineense. Doravante afloram como preocupações que assombram a mente de quem pensa no amanhã. Impõem-se como ameaças surdas contra a tranquilidade e coesão das comunidades. São os casos da intolerância religiosa, da desertificação humana em certas zonas, do tribalismo, do tráfico de droga e da coabitação entre autóctones e alógenos.

3.4.1 Intolerância religiosa

A questão da intolerância religiosa é uma realidade recente. No período pré-colonial, duas realidades coexistiam, e por vezes, colidiam: eram o velho fundo animista representadas pelas religiões tradicionais fundamentalmente abertas ao pluralismo dos credos, e o Islão que progredia com uma pretensão de exclusividade, por ser religião monoteísta e do Livro, mas tinha uma expressão em largas zonas da Guiné, sobretudo costeiras. No período colonial, a religião católica foi considerada privilegiada pois teve uma preeminência social e cultural concedida pela potência administradora, mas o seu proselitismo não acarretou nenhuma perseguição contra as outras fés. A coabitação foi pacífica. Aliás, os privilégios concedidos às missões católicas não impediram a administração colonial de manifestar uma propensão a utilizar em proveito próprio o controlo apertado que a religião permitia nas comunidades islamizadas, fortemente hierarquizadas.

Os primeiros anos da independência foram marcados por um laicismo que fez baixar a influência social das religiões em proveito do papel social do partido único. De facto, o poder total que aspirava a estabelecer este partido não podia sofrer uma concorrência de raízes mais antigas, de outras entidades que aspiravam à mesma influência social. No entanto, a necessidade de utilizar as redes de fidelidades das religiões tradicionais e muçulmanas levou a formas de compromisso. O ascender da influência das religiões coincidiu



O trabalho nobilita o homem (Irmã Valéria, Cumura)



com a liberalização política que permitiu a liberdade de associação, aproveitada por novas religiões e seitas que se multiplicaram ao longo da última década, tornando a paisagem sócio-religiosa mais complexa. É neste contexto de mudanças que surgem formas até então desconhecidas de intolerâncias religiosamente fundamentadas.

As manifestações denunciadas pelos participantes são insidiosas. São, por exemplo, casos de casamentos recusados entre pessoas de religiões diferentes. Nesta ordem de ideias, as pessoas de religião muçulmana são consideradas herméticas aos casamentos mistos, salvo em caso de conversão prévia da pessoa de religião não islâmica. Como as mulheres parecem mais inclinadas à conversão por submissão ao homem, preponderante no contexto social, são os casamentos de homens não muçulmanos com mulheres muçulmanas que colocam mais problemas de rejeição e intolerância que geram mal-estar social. Estas situações induzem juízos de valor sobre os praticantes da religião islâmica, que são considerados pouco tolerantes e pouco abertos à «mixidade».

Outro ramo religioso considerado pouco aberto é o protestantismo, nas suas versões evangélica ou adventista. O rigor dos seus adeptos na observância é assimilado à rigidez que confina com a incomunicabilidade. Neste aspecto as relações com as religiões tradicionais animistas e pluralistas são difíceis. Este relacionamento é ainda complicado pelo facto de estes ramos do cristianismo servirem de refúgio contra certas práticas tradicionais.

Com efeito, os jovens que desejam escapar às garras de certas práticas tradicionais particularmente constrangedoras encontram refúgio nas novas religiões reformadas cristãs. Assim, muitos jovens da etnia pepel que querem escapar a cerimónias tradicionais particularmente numerosas, morosas e caras que fazem o universo cultural da sua etnia, afirmam doravante uma preferência pelo protestantismo. Também muitas raparigas da etnia balanta escapam ao casamento forçado, refugiando-se nas comunidades evangélicas. Estes comportamentos criam atritos que ao persistirem e ampliarem geram conflitos, às vezes violentos. Assim, em Tite um pastor da Igreja Evangélica denunciou as pancadarias de que foram alvo os jovens reunidos num retiro:

«Então o kankurã vai à igreja onde o pastor está com os seus fiéis? Fizemos um acampamento entre 2 e 6 de Fevereiro. O kankurã entrou lá no dia 6 e espancou os nossos jovens, feriu-os com catana pelo corpo todo. Está aí o filho de Sanhá, que foi um dos espancados.»⁶¹

⁶¹ Manuel Djú, pastor da Igreja Evangélica; Tite, 31 de Maio de 2008.



*Um macho não dorme na mesma cama com o seu colega macho
(João Bico da Costa, balobero, Caió)*

Aliás, a linguagem de certos proselitismos fere a sensibilidade de outras religiões, criando situações conflituosas. Assim, certas seitas que utilizam massivamente as ondas radiofónicas para a evangelização não hesitam em rotular as fés tradicionais de demoníacas, retrógradas, anti-sociais, etc. Esta linguagem agressiva, carregada de desrespeito por formas culturais ancestrais, cria problemas e sentimentos de revolta. Assim, na sessão de auscultação realizada em Canchungo um participante declarou:

«Os meus direitos estão violados. Identifico-me: não sou cristão nem muçulmano. Sou animista. Quer eu seja da maioria ou da minoria, tenho direito de ser protegido na minha crença. O problema começou em 2006 em Caió; o meu lugar de culto foi invadido. A minoria tem direito de ser protegida pelo Estado, mas eu estou ferido na prática da minha religião, é injustiça.»⁶²

Esta denúncia visava pôr em relevo o desprezo que aqueles que pretendem ter a verdade lançam sobre as outras crenças, criando situações de conflito.

⁶² Quintino Francisco Manga, Vice-régulo de Caió, membro do Espaço Regional de Cacheu; Canchungo, 18 de Fevereiro de 2008.

O irã e a mesquita

A escuta da população em Caió trouxe à tona uma querela velha de muitos anos, que cria um braço de ferro entre a comunidade islamizada e os animistas. É uma situação originada pela construção de uma mesquita a escassos metros de um santuário ou lugar de culto de uma divindade animista. Aproveitando o apoio de um administrador muçulmano, os maometanos iniciaram a construção de uma mesquita face ao irã. Os animistas pediram que a mesquita fosse construída num sítio mais afastado do seu lugar de culto. Este pedido apoiava-se em argumentos de anterioridade. Como disse um velho, «Este irã já estava lá quando nós nascemos.» Ele fundamentou-se também em argumentos de repúdio de promiscuidade malsã. «Dois varões não dormem na mesma cama», ilustrou um idoso, sublinhando a desconformidade da coabitação. Mas estes argumentos foram menosprezados pelas autoridades administrativas, que não tiveram, neste caso, uma atitude neutra e equidistante. Uma vez consolidado o facto consumado, o diálogo tornou-se impossível entre as duas comunidades e a situação degradou-se numa tensão latente, carregada de riscos de explosão. O diálogo foi reaberto por Voz di Paz para a procura de uma solução satisfatória entre as duas partes. «Façam depressa. Ajudem-nos a encontrar uma solução quanto antes, pois um dia podemos fazer uma cerimónia, ficar embriagados e invadir a mesquita...»

Foi em eco a esta denúncia que um *balobero* (sacerdote tradicional) disse em Caió:

«Esse irã ali, quando nascemos já lá estava. Antes de nascer o nosso pai, a nossa mãe, ele já lá estava. Ele não pode mudar de sítio. É como aquela mesquita. Porque um macho não partilha a cama com o seu colega macho. Nós praticamos lá os nossos cultos. Eles também vão praticar os deles. Se os cultos vierem colidir, o que vai acontecer?»⁶³

Na verdade, um dos motores de conflitos agudos em matéria de intolerância religiosa é a ignorância. Muitos praticantes de certas religiões têm apenas conhecimentos sumários dos preceitos que fundamentam a sua fé e fazem destes usos proselitistas discriminatórios que criam contradições, até entre dois ramos da mesma fé. Tal é o caso do confronto surdo que opõe, na comunidade islâmica, os adeptos do Islão sunita e o movimento religioso islâmico Ahmaddiya. Esta fé que arvora tendências modernistas foi rejeitada pelos adeptos do Islão tradicionalmente maioritário no país. Num episódio memorável e recente, a tensão entre os dois ramos da mesma fé foi tão elevada que os praticantes do Islão tradicional reclamaram e obtiveram a proibição do movimento Ahmaddiya.

⁶³ João Bico da Costa, *balobero*; Caió, 30 de Abril de 2008.

Este último aspecto coloca a questão da mistura cada vez mais evidente entre o religioso e o político. A mistura é, pois, altamente geradora de conflitos. A este respeito, a explosiva mistura gerou expressões tais como «o poder político dos muçulmanos», «o direito dos muçulmanos a governar», etc.»⁶⁴

Trata-se de uma evolução que é cada vez mais denunciada, sobretudo pelas religiões que não se sentem próximas dos detentores do poder político nem privilegiadas por eles. Em suma, nos últimos anos, o potencial conflituoso das relações entre religiões aumentou substancialmente e tende a crescer.



João Mendes, criador de porcos numa comunidade muçulmana (Contuboel)

Esta evolução não escapou aos olhares dos participantes nas sessões de escuta. Ela explica o apelo à tolerância lançado em Buba por um participante.

«A religião é uma emanção de Deus. Por isso temos que ser tolerantes uns com os outros. Cada um vai prestar contas a Deus, e só a Deus porque cada um escolhe a que lhe convier. Se há pessoas que seguem uma religião, que a sigam.»⁶⁵

3.4.2 Desertificação humana

A desertificação é um fenómeno natural que afecta as regiões leste do país, submetidas a uma intensa degradação da natureza por causa de uma intervenção desregada dos habitantes. A desertificação humana é um outro fenómeno que afecta, por sua vez, as regiões que conhecem uma forte emigração. Ela é patente na região de Cacheu, que tem uma velha tradição migratória.

A saída massiva de mão-de-obra jovem e masculina debilita a força de trabalho, sobretudo agrícola. As mulheres dos emigrantes acabam por ser a principal mão-de-obra em certas zonas. Para compensar as suas insuficiências, elas fazem apelo a trabalhadores de outras zonas. Estes, após alguns anos de trabalho temporário, procuram instalar-se por conta própria como agricultores proprietários dos seus campos, fazendo assim eclodir conflitos com os proprietários tradicionais das terras cobiçadas.

⁶⁴ Expressões frequentemente utilizadas por homens políticos e membros da elite social de confissão muçulmana tentando instrumentalizar a religião em proveito de fins alheios à religião.

⁶⁵ Abdú Dabó, funcionário público; Buba, 15 de Março de 2008.

Cacheu a feminina

A mão-de-obra rural da região de Cacheu está em vias de feminização rápida. A causa é a alta taxa de emigração masculina. A tradição migratória dos manjacos não se desmentiu desde as primeiras décadas do século XX. Senegal e França foram os primeiros destinos antes de as vagas subsequentes de migrantes expandirem-se por todos os cantos do mundo. As consequências desta hemorragia contínua fazem-se sentir na região de Cacheu, onde as terras ficaram em grande parte nas mãos das mulheres de migrantes. Para explorar as suas propriedades, a mulheres fazem apelo à mão-de-obra remunerada vinda de outras regiões, pois os próprios jovens manjacos já se desinteressam cada vez mais pelo trabalho da terra, preferindo esperar as remessas dos pais e os vistos de emigração para a Europa. Todavia, os trabalhadores rurais solicitados na região de Cacheu acabam por criar as suas próprias propriedades, partindo de culturas toleradas (arroz, milho, feijão, etc.) para chegar a culturas perenes como o caju e outras frutas que dão direito de propriedade sobre as terras ocupadas. Esta ocupação de terras reclamadas por absentistas que não as valorizam cria problemas que crescem.

Este aspecto dos efeitos da fuga de mão-de-obra além fronteiras ou para as cidades da Guiné-Bissau é reforçado pelo desinteresse dos jovens pelo trabalho agrícola. Com efeito, nas regiões afectadas pela emigração, os jovens têm por único sonho escapar às condições locais de vida e entrar no mundo idealizado da migração. O seu desinteresse, e mesmo desprezo pelo trabalho no mundo rural, contribui de facto à desertificação humana, que não é apenas um fenómeno demográfico, isto é, uma fuga física de mão-de-obra, mas também uma fuga psicológica a trabalhos que são doravante pouco valorizados. Neste caso, a diminuição da força de trabalho é acompanhada por conflitos de gerações entre os mais velhos imbuídos de valores enraizados no mundo rural (valor do trabalho árduo), e os jovens virados para valores urbanos mal assimilados, que os levam a se afastarem da terra como produtora de rendimento.

Como disse uma senhora idosa na auscultação realizada em Calequisse:

«Deve-se trabalhar para ajudar os velhos. Mas agora são os velhos que trabalham para dar aos jovens. Porque os jovens já não fazem absolutamente nada. Bebem vinho de caju e disparam uns contra os outros.»⁶⁶

⁶⁶ Amélia Pote, oleira; Calequisse, 23 de Abril de 2008.



As tabancas estão cada vez mais desertas

A principal consequência apontada pelos participantes é o empobrecimento, pois o despovoamento dos campos cria uma pobreza propícia a tensões sociais. Esta tendência torna-se forte, pois as crises que diminuem os rendimentos dos emigrantes nos países europeus reduzem também as remessas que vinham compensar a punção de força de trabalho.

«Um dos problemas fundamentais é a emigração. As pessoas emigram muito, mas a poupança não vai ao encontro das necessidades da população.»⁶⁷

O fim do mito do Eldorado da emigração leva a encarar sob novas perspectivas o fenómeno migratório como portador de desequilíbrios nefastos para a prosperidade e a paz. Por conseguinte, contrariamente ao discurso anteriormente dominante, surgem exortações para preservar a força de trabalho como força de equilíbrio económico e social.

«É preciso incentivar os jovens, para podermos ter mão-de-obra, porque os jovens é que são a força do desenvolvimento. Porque se todos emigram é para se formarem. Se eles não encontrarem no local a formação devida, vão emigrar.»⁶⁸

⁶⁷ Rachid Djaló, funcionário público, 17 de Maio de 2008.

⁶⁸ Raimundo C6, representante da Associação de Jovens de Pecixe; Calequisse, 23 de Abril de 2008.



Viajar é um problema. Emigrar, uma solução

Como é notável no raciocínio desse jovem que falou na sessão de escuta realizada em Calequisse, não se trata de ocultar as razões que motivam a emigração, que são fundamentalmente a falta de oportunidades a nível local. Trata-se de criar melhores condições que permitam estancar a hemorragia da força de trabalho. Esta consciência ultrapassa as considerações individuais ou familiares que nortearam durante muito tempo as iniciativas de emigração. A consciência abrange doravante os níveis local e nacional, assim como as consequências da pobreza gerada pela falta de mão-de-obra, sobretudo jovem.

«Há muitos jovens que saem da Guiné-Bissau à procura de trabalho na Gâmbia ou no Senegal. Se para lá forem 30, só quinze vão regressar e quinze vão ficar lá. Agora pergunto: quem é que perde? É o Estado, são os seus pais, ou é o país inteiro que perde?»⁶⁹

É evidente nesta interrogação de um participante na sessão de escuta de Contuboeil que a emigração já não é vista como a solução dos problemas e como fonte de enriquecimento, mas como fonte de um problema de perda de substância humana útil ao desenvolvimento. Assim, as relações entre a pobreza e a emigração são feitas por intermédio do fenómeno da desertificação que alimenta conflito. Ao todo, emigração, desertificação, pobreza e conflitos aparecem ligados no raciocínio dos intervenientes nas sessões de escuta.

⁶⁹ Aladje Sissé, agricultor; Contuboeil, 12 de Julho de 2008.

3.4.3 Tribalismo

A questão do tribalismo veio à tona em quase todas as sessões de escuta. A sua recorrência evidencia um mal-estar real em torno desta problemática da coesão nacional.

Este mal-estar é tanto mais importante que a pertinência das diferenças étnico-culturais foi, por muito tempo, negada no “país de Amílcar Cabral”, grande figura do internacionalismo, do panafricanismo e pai das nacionalidades guineense e cabo-verdiana. Desde os primórdios da independência, em nome de uma ideologia unanimista, o establishment recusou-se a admitir a existência de contradições entre as componentes étnicas da nação. “Na terra de Amílcar Cabral, não há lugar para o tribalismo”; tal era o lema desta forma insidiosa de *negacionismo* radicado na ingenuidade voluntarista ou no cinismo dogmático.

Este slogan prevaleceu ao longo dos primeiros 15 anos de independência, obliterando o debate sobre a diferença étnico-cultural, em nome da ideologia unitária difundida ao longo de 11 anos de luta de libertação nacional que serviu para aproximar as componentes do mosaico populacional da Guiné.



Amílcar Cabral, pai da nação. Pintura mural numa barraca de cinema em Píche

No entanto, nem os discursos nem as práticas tendentes a valorizar a unidade nacional, negando as etnias e suas realidades radicadas nos diferentes chãos (chão de pepel, chão de manjaco, chão de felupe, chão de nalú, etc.) conseguiram abafar os comportamentos e sentimentos identitários. Os ataques feitos por estratégias de conquista do poder trouxeram à ribalta as etnias e seus laços privilegiados uma vez desgastada a camada ideológica que serviu para disfarçar esta realidade que tem raízes profundas. Nesta ressurgência têm, portanto, uma grande



responsabilidade as estratégias de marketing político desenvolvidas à sombra do pluralismo político.

«As pessoas não estão preparadas para a democracia. Todos os partidos têm a sua vocação tribal. E dentro de um partido, se disseres uma verdade, corres o risco de seres mal visto se não pertenceres à etnia maioritária.»⁷⁰

Esta constatação de um ex-deputado que tomou parte na sessão de escuta realizada em Mansoa resume a gravidade e generalização do problema.

A responsabilidade dos políticos está tanto mais em causa quanto é aceite como incontornável a abordagem da conquista do poder pela via dos laços étnicos. Nesta ordem de ideias, a Lei eleitoral é denunciada pelos participantes como permissiva à implantação de estratégias políticas com bases étnicas. Por esta razão, muitos intervenientes pediram a revisão da Lei eleitoral no sentido de tornar inoperantes as derivas étnicas nas tentativas de conquista do poder.

A profundidade do problema é também revelada pelo facto de as denúncias serem feitas por pessoas que admitem que o comportamento básico da população em matéria política é basicamente inspirado pela afinidade étnica. A profundidade é também revelada pelo facto de o recurso a estas afinidades servirem não só para agregar os idênticos, mas também para excluir os outros, isto é os que são diferentes. Este aspecto sobressai claramente no depoimento de um participante na escuta realizada em Mansoa:

«Hoje há problemas étnicos todos os santos dias. Nós mesmos sofremos isso na pele. Dizem-nos sempre que o nosso pai foi vender cola em Nhacra, e isso quer dizer que nós não somos dessa etnia. Mas como é que uma questão dessas pode chegar tão longe? Qual é o efeito negativo disso mais tarde?»⁷¹

⁷⁰ Paulo Bodjam, ex-deputado do PRS, professor; Mansoa, 19 de Abril de 2008.

⁷¹ Henrique Iaia Fati, habitante de Nhoma; Mansoa, 19 de Abril de 2008.



Feira – O lugar de todas as misturas

Mas, se a responsabilidade dos políticos e das suas estratégias de conquista do poder está em causa, na perspectiva de vários participantes não deixa de existir uma tradição de coabitação pacífica entre as variadíssimas componentes da população. Em suma, são as más políticas que atizam as dissensões geradoras de conflitos étnicos, como apontou claramente um participante na sessão de auscultação de Farim.

«A população nunca teve problemas. As pessoas fizeram 11 anos na luta. Havia tribalistas aí? Não. Se houve independência, e surgiu o tribalismo, quem o trouxe? Não são as pessoas que governam?»⁷²

A mesma opinião veio à tona na Ilha de Komo, no sul do país:

«Não há bijagó, não há balanta, nós todos somos irmãos. Mas desde que a independência foi tomada, há confusão atrás de confusão.»⁷³

Por causa desta evolução negativa, doravante a pertença a uma etnia é vista como a chave do poder, sobretudo quando ela é maioritária, como foi feita a denúncia em lemberém, no sul do país (Região de Tombali):

«O tribalismo não traz paz na Guiné. Enquanto isto existir no país, não haverá paz. Aqui em lemberém, os tandas é que são maioritários. Então eles podem abusar de mim como quiserem? Mesmo na política, se tu

⁷² Malam Tambađu, representante de Saliquenhe e das tabancas do sítio de exploração do fosfato; Farim, 3 de Abril de 2008.

⁷³ Braima Mané, líder de opinião; Komo, 29 de Maio de 2008.

pertences a uma etnia minoritária, nunca há-de governar aqui na Guiné.»⁷⁴

O carácter mecânico da relação entre a pertença a uma etnia e o acesso ao poder caso esta for maioritária é portanto apontado como um sustento do desenvolvimento do tribalismo, pois o poder tem grande atracção por ser a chave do acesso à riqueza num contexto de escassez de recursos.

Contudo, a política não é a única responsável pelo desenvolvimento do tribalismo. Outras estratégias e comportamentos são vistos como fontes do tribalismo, ou sustento da sua prevalência e do seu crescimento. Tal é o caso da insegurança das pessoas e dos bens.

Com efeito, o roubo de gado aparece como uma das práticas que contribuem para o desentendimento crescente entre certas etnias que tinham uma tradição de coabitar pacificamente. Assim, nas regiões leste e centro-sul onde as populações de várias etnias coabitam tradicionalmente misturando-se, graves problemas de relacionamento entre etnias e tabancas surgiram nos últimos anos por causa do roubo de gado, que tomou proporções alarmantes. Os criadores de gado da etnia fula acusam os balantas de serem os ladrões de gado, que são cada vez mais empreendedores. Ademais, eles consideram que esta ousadia pouco banal deve-se ao facto de os ladrões de gado que presumem da etnia balanta terem confiança nos apoios que receberiam dos seus “patrícios” que têm altos cargos civis e sobretudo militares.



O gado não está em segurança em nenhum sítio

⁷⁴ Amidu Quetá, deputado de Cacine; Iemberém, 30 de Maio de 2008.

Lamentando estas supostas convivência e impunidade, e a real degradação das relações entre comunidades, um participante na sessão de escuta realizada em Bambadinca disse:

«Aqui os balantas estão até Pirada, nunca ninguém disse que não podem instalar-se aqui. Mas quando eles nos roubarem a nossa vaca, nós não ousamos chegar junto deles. Se se disse que nós todos somos guineenses e que não temos diferenças de etnia, se nós casamos com balantas e os balantas se casam com fulas, podemos dizer que o que se disse antigamente já deixou de ser válido.»⁷⁵

Um vez aberta a caixinha de Pandora, as oposições atávicas remontam à superfície e degradam as relações entre etnias. Tal é o caso das relações entre as etnias fula e mandinga. Estes dois grupos, que têm uma rivalidade histórica que perde a sua força nos períodos normais, voltam a ter conflitos agudos logo que as suas rivalidades históricas são instrumentalizadas em proveito de causas políticas ou outras. Assim, um enfermeiro revelou em Sonaco que por razões várias as tabancas fulas e mandingas ficavam de costas viradas:

«Aqui também houve um problema entre os mandingas e os fulas. Durante a campanha de vacinação, os mandingas não vão aos sítios onde há fulas. Tens que vacinar primeiro os fulas, depois tens que ir vacinar os mandingas. É um problema. Houve uma guerra na bolanha e atingiram-se mesmo a tiro.»⁷⁶

Um outro aspecto importante da questão étnica é a mistura cada vez mais frequente que se faz entre a problemática da pertença a uma religião e a de identidade étnica. As linhas identitárias passam entre etnias ditas “muçulmanas” (*raça muçulmanu*) – mandingas, fulas, beafadas – e as etnias ditas cristãs (*raça criston*) ou animistas – pepel, manjaco, balantas, pois uma larga parte da população nestas etnias está aberta à fé cristã.

Estas linhas de separação étnico-religiosas, antigamente frouxas, tornam-se rígidas e servem de marcos de exclusão quando surgem temas que tocam a identidade étnica, cultural ou mesmo práticas percebidas como culturais. Tal é o caso da mutilação genital feminina, a excisão (fanado), cuja crítica levanta regularmente polémicas com conotações radicais e cuja eventual supressão cria crispções e atitudes radicais de defesa identitária que exploram reflexos irracionais, propiciadores de conflitos.

Afinal, estas susceptibilidades identitárias e as manipulações político-tribalistas têm portanto terreno de encontro onde se tornam ainda mais geradoras de conflitos que funcionam com bases em generalizações precipitadas, preconceitos criadores de frustrações e incompreensões, exclusões provocadoras de radicalismos e cristalizadoras de ódios que enfraquecem a coesão

⁷⁵ Mamadu Embaló, rrepresentante dos criadores de gado da zona de Bambadinca ; Bambadinca, 19 de Julho de 2008.

⁷⁶ Iancuba Biaí, enfermeiro, Sonaco, 21 de Junho de 2008

nacional e dilaceram o tecido social. É, referindo-se a estes mecanismos de generalização que um participante na sessão de escuta realizada em Iemberém (Região de Tombali, no sul do país) desabafou:

«Fala-se no tribalismo, mas há algo perigoso que devemos denunciar. Suponhamos que Sulai, que é fula, faz uma coisa errada, diz-lhe que ele errou. Mas dizem: ‘Os fulas não prestam para nada’. Não deves generalizar e dizer que os fulas é que não prestam. Isso magoa muito.»⁷⁷

Bijagós invadidos por estranhos estrangeiros

Nas Ilhas Bijagós a noção de estrangeiro tem conotações especiais. O estrangeiro invasor não vem de longe. Chega da ilha vizinha. Cada ilha sendo uma unidade em si, os habitantes tendem a confinar o seu universo às fronteiras marítimas. Quem vem da ilha vizinha é de facto um estrangeiro. Assim os habitantes da vintena de ilhas povoadas num conjunto de mais de 80 ilhas e ilhéus cultivam cada vez mais as suas particularidades. Esta fragmentação da identidade sociocultural tem cada vez mais efeitos conflituosos no domínio económico. O êxodo para as ilhas maiores, principalmente Bubaque, cria muito atritos acerca dos direitos de posse da terra. Assim, os bijagós oriundos de outras ilhas que beneficiaram da cessão temporária de terrenos estão cada vez mais pressionados para devolver aquilo que consideram ser o seu bem. “Vá adquirir terreno na tua ilha” é doravante o refrão cantado por aqueles que se sentem invadidos por estrangeiros vindos de mundos distantes de algumas milhas.

3.4.4. Tráfico de droga

A questão da droga ganhou contornos alarmantes na Guiné-Bissau nos últimos anos. A ênfase foi-lhe dada enquanto problema que manifesta a fraqueza do Estado no plano interno, e afecta a sua credibilidade externa. A atenção foi portanto focalizada sobre estes aspectos institucionais, em detrimento da vertente social da problemática da circulação da droga no país.

A escuta dos guineenses sobre as causas de conflito revelou que a venda e o consumo de estupefacientes estão classificados entre os maiores perigos no país.

Um dos primeiros aspectos salientados é a desestruturação da sociedade pela droga. Esta desestruturação assume vários contornos. A este respeito, o aparecimento de linhas de fractura na sociedade é sublinhado e exemplificado com o aparecimento repentino de novas categorias de ricos, traficantes que ostentam bens mal e facilmente adquiridos. Esta ostentação no meio de uma

⁷⁷ Fodé Soare, líder de opinião membro de ERD, Iemberem, data: 30 de Maio de 2008

Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

população laboriosa mas pobre cria tensões, pois ela ilustra a força da impunidade e desacredita o Estado enfraquecido e incapaz de pôr cobro ao mau exemplo do banditismo erguido ao nível da via de enriquecimento fácil. Estas dissensões foram apontadas em várias sessões de escuta.

Assim, na sessão de escuta organizada em Bula (Sector de Cacheu, Norte do país) um major do exército, sublinhando o efeito social destruturante da droga, exclamou: «A droga é o inimigo do povo!».



A quase ausência do Estado nas regiões facilita o tráfico de droga

Este efeito nocivo à paz é ilustrado também pelo aparecimento de bandos de jovens traficantes que se batem para controlar o circuito da droga. A tendência foi confirmada pela multiplicação de agressões violentas (assaltos a residências, assassinatos, etc.) que apoquentam regularmente os bairros da capital e suas zonas circundantes. A este título, as zonas periféricas de Bissau têm vivido cenas de violência que perturbam regularmente a paz.

Um outro aspecto apontado pela população é o papel ambíguo desempenhado pelas forças de defesa e segurança. A cumplicidade e duplicidade de elementos das forças armadas foram largamente denunciadas em Catió por um participante na sessão de escuta. Este afirmou ter sido testemunha ocular do envolvimento de elementos das forças de defesa nas actividades de aviões que traziam a Cufar bolsas contendo produtos mal identificados:

«Chegaram oito brancos, um falava português correctamente. Os outros não percebiam nada. Perguntámos que missão vieram cumprir, e eles responderam que vieram verificar a pista, porque os aviões vão passar a aterrar aqui para poder levar as pessoas doentes, etc. Um deles tinha óculos escuros e uma pasta pendurada. Eu disse para mim mesmo "É estranho..." O avião nem assentos tinha, tinha só caixotes e vários



balotes. Só havia um lugar com assento, o do co-piloto. Eu perguntei: "Então o avião não tem assentos?". Ele disse-me: "Hão-de vir." Eu disse: "Então vamos falar com o governador em Catió." Ele disse: "Eu não tenho nada com o governador, o meu chefe está em Bissau."»

«Eles partiam e voltavam todos os dias. Depois os militares começaram a impedir que outras pessoas pudessem contactá-los. Eu mesmo senti pena quando um dia ouvi um porta-voz do Estado-Maior dizer que eles não sabiam nada desse avião. São os militares que recebem esse avião, e depois dizem que não sabem nada disso. Isso é mau.»⁷⁸

O autor deste depoimento único pela sua força e coragem morreu pouco depois desta extraordinária contribuição que serviu para ilustrar a cumplicidade entre traficantes e elementos de uma das instituições que deveriam proteger a ordem e a legalidade.

Na mesma veia, é denunciado o comportamento duvidoso de elementos da polícia que se enriqueceram através do tráfico de droga. Assim, em Quinhamel, uma participante na sessão de escuta declarou:

«Pessoas foram maltratadas em Biombo de várias formas. Nós temos aqui braços de rio onde os coitados foram pescar. Os polícias souberam o que aconteceu, foram lá, roubaram a droga e deram-lhes pancada. Depois foram vendê-la, compraram boas casas, carros, tudo. Os que têm mais força devem dar uma solução.»⁷⁹



isolamento facilita a passagem da droga por via marítima

⁷⁸ Sécuna Djassi, professor; Catió, 14 de Março de 2008.

⁷⁹ Margarida Cá, vendedeira; Quinhamel, 17 de Fevereiro de 2008.

Estes comportamentos, além de criar precedentes, descredibilizam o Estado e geram frustrações e ódio no seio das populações submetidas a violências arbitrárias usadas em nome da autoridade legal, mas desviadas, na realidade, ao serviço de interesses particulares inconfessos. Trata-se de uma das fontes de desentendimentos que opõem regularmente as forças de polícia e os populares, o que um responsável da segurança de Estado reconheceu implicitamente, mas rejeitando a culpa do lado dos pais e encarregados de educação, dizendo:

**«Os teus filhos é que traficam a droga. O comité de tabanca não colabora.
Se não houver colaboração, não haverá paz.»⁸⁰**

Feita na sessão de escuta realizada em São Domingos, esta carga contra a responsabilidade das famílias na deriva dos filhos traficantes mostra que o problema está longe de ser unívoco. A degradação dos valores de ambas as partes contribui para a agravação do tráfico de droga: degradação dos valores ético-profissionais da parte das forças de defesa e segurança, erosão dos valores ético-sociais no seio da população em geral.

Uma outra vertente da erosão dos valores e dos seus reflexos na problemática da droga é a impotência das famílias perante o aumento do consumo de drogas na camada juvenil. Em ligação com isso desdobram-se bandos de jovens que multiplicam os actos de agressão para obter os meios necessários à aquisição de doses de droga a serem consumidas.

O aumento da violência e da delinquência, portanto, está relacionado com as duas vertentes da circulação da droga: a venda e o consumo.

Um aspecto muito falado é também a má reputação que a droga dá a algumas regiões no conjunto nacional. Assim, em Quinhamel uma participante indignou-se com esta má fama dizendo:

«Nos não temos poilões que produzem droga em Biombo. São os pobres pescadores que encontraram sacos de droga nas suas redes...»⁸¹

O mesmo refrão veio acerca das Ilhas Bijagós, cuja maravilhosa reputação de terras virgens e reserva de biosfera e culturas originais foi estragada com o rótulo de ilhas de narcotráfico. Esta indignação foi expressa por um jovem na sessão de escuta realizada em Bubaque:

⁸⁰ Braima Injai, director de serviço de segurança em São Domingos, 26 de Abril de 2008.

⁸¹ Margarida Cá, Vendedeira, Quinhamel, data: 17 de Fevereiro de 2008



«As Ilhas Bijagós eram um lugar sagrado. Porquê é que hoje as Ilhas Bijagós são vistas como um lugar de passagem da droga? Porquãohá controle. Para quê é que existe o Ministério do Interior? Se queremos realmente, a droga não terá por onde passar.»⁸²

As fronteiras são porosas

Em todas as regiões a responsabilidade do mal causado pela droga é atribuída ao Estado, cuja fraqueza facilita a escandalosa prosperidade da droga e das suas consequências nefastas. As responsabilidades dos cúmplices locais são minimizadas pelos populares, mas as dos agentes de segurança são apontadas como capitais. A lógica é inversa na versão dos agentes de segurança.

Em todos os casos trata-se de uma problemática altamente polémica e fortemente geradora de conflitos.

⁸² Braima Baldé, Presidente de Associação de jovens de Formosa, 24 de Maio de 2008

Biombo, a droga e os polícias corruptos

A sombra da droga pairou sobre a sessão de escuta feita em Quinhamel. É que a região foi escaldada pelo caso da droga que invadiu a suas costas em finais de 2005, criando uma perturbação enorme às populações. Caso inédito, pescadores que encontraram embalagens de cocaína pura não conheciam o produto nem o seu valor venal. Muitos utilizaram esta farinha estranha como adubo, matando todas as plantas que queriam ver ter um desenvolvimento rápido. Outros mais informados armazenaram o produto em lugares tão difíceis de acesso quanto folclóricos: santuários de divindades locais (baloba), covas nas matas, etc. Segundo uma interveniente na sessão de auscultação de Quinhamel, os agentes da polícia que foram fazer inquéritos na região converteram-se em traficantes. Prenderam indivíduos susceptíveis de ter o produto, torturaram-nos, muitas vezes obtiveram informações sobre os esconderijos do produto, recuperaram-no e venderam-no em proveito próprio. Assim Biombo ficou com a mancha da droga e os polícias corruptos com o dinheiro sujo.

3.4.5. Coabitação entre autóctones e alógenos

A questão da coabitação entre autóctones e alógenos é distinta da do tribalismo. Ela intervém sobretudo no que diz respeito aos forasteiros, qualquer que seja a sua pertença étnica. Esta problemática está fortemente ligada à mobilidade, seja ela de pessoas vindas de países da sub-região, ou de cidadãos guineenses oriundos de outras regiões ou «chãos». Ela está intimamente ligada à noção de chão, que coloca a ênfase numa identidade local muito relevante aos olhos dos indígenas. Ela coloca a questão do «nós» face a «eles». Trata-se portanto de um confronto entre o «nós» e o «eles». Quando este confronto é mal assumido e gerido ele dá azo a conflitos.

A problemática da coabitação entre autóctones e alógenos está fortemente ligada à concorrência no acesso aos recursos. A sua lógica interna é a exclusão em nome da defesa dos interesses de um grupo que estima ser detentor de direitos exclusivos, por ser composto de indígenas.

Uma ilustração clara da complexidade desta problemática é dada por um diferendo que opõe os autóctones e os alógenos. A subtileza dos dados do conflito reside no facto de todos os protagonistas pertencerem ao mesmo grupo étnico (fula) e professarem a mesma religião (muçulmana). No caso vertente, o pomo de discórdia vem da divergência de interesses entre os fulas de Gabú e os futa-fulas, vindos da Guiné-Conakry. Embora pertencentes ao mesmo grupo étnico, os autóctones e os alógenos estão de costas viradas pois os fulas «forasteiros» exercem uma dominação quase monopolística sobre o comércio local em detrimento dos fulas «filhos do chão».



Quem manda em Gabú, a panela de pressão das etnias?

A grande cidade do leste, seria vítima do seu sucesso? É o pretendem alguns cidadãos que receiam uma dominação por estrangeiros vindos da Guiné-Conakry. No centro da questão está a supremacia comercial dos imigrantes. Gabú, situada na encruzilhada de vias comerciais para Guiné-Conakry, Senegal e Mali, tornou-se desde os anos 1990 num pólo comercial atraente para os ricos comerciantes da vizinha Guiné. Graças ao seu poderio económico, eles constituem doravante a camada social mais abastada da segunda cidade do país. Compram terrenos, constroem vivendas, controlam os circuitos de dinheiro e ganham cada vez mais influência social. Na perspectiva de muitos autóctones, esta supremacia de facto gera um comportamento de arrogante dominação. Apesar de a maioria dos imigrantes pertencerem à etnia fula como a maioria dos autóctones, uma divisão nítida é feita entre os futa-fulas (imigrantes) e os fulas de Gabú, filhos do chão, que repudiam aquilo que consideram de colonização que os subalterniza e marginaliza nas suas próprias terras. Uma banal história de mudança de paragem dos carros de transporte para a Guiné-Conakry acendeu um conflito que tomou contornos quase violentos em 2007-2008. A auscultação feita por Voz di Paz revelou uma clara fobia dos autóctones a serem marginalizados e inferiorizados pelos alógenos. Mas a problemática se complica quando se acrescenta a esta aversão silenciosa, as rivalidades entre fulas e mandingas e a emaranhada de preconceitos entre todas as etnias, o que faz de Gabú uma panela de pressão. Para desanuviar as tensões Voz di Paz lançou um diálogo intercomunitário que está em fase de institucionalização sob a forma de um conselho de sábios vocacionado para promover a concertação e dirimir os conflitos nascentes ou latentes.

Este choque entre forasteiro bem sucedido e filho do chão mal à vontade na sua própria terra não se limita a certas zonas. Assume formas diferentes em função dos meios. A formulação mais genérica foi dada em Iemberém por um participante que tomou a defesa dos interesses nacionais nestes termos:

«Não consideres o estrangeiro superior às outras pessoas. O estrangeiro sempre veio de algum outro local. Um dia, quando ele regressar à sua terra, ele vai tomar partido pela sua gente. Aqui na Guiné-Bissau quando alguém vem cá, é estrangeiro e tem dinheiro, faz tudo o que bem entender.»⁸³

Esta visão do estrangeiro a comportar-se como em território conquistado é sustentada nos centros urbanos pela dificuldade de partilha de oportunidades nos sectores de actividade modernos. Nas zonas rurais, trata-se de uma luta pelo acesso a recursos raros, do mar, dos rios, da terra, etc. Alguns factores como o crescimento demográfico e a degradação do meio ambiente acrescem os conflitos. Assim, os lenhadores da Guiné-Conakry ou os pescadores vindos do Mali são considerados grandes destruidores do meio ambiente pelos autóctones que evoluem nas mesmas áreas de actividade económica. Um pescador ulcerado pela depredação de que acusa os pescadores estrangeiros argumentou em Bafatá:

«A gente de Bafatá nos está a ouvir.[...] Já não se pode pescar peixes de qualidade neste rio. Porquê? As más práticas dos estrangeiros, malianos, que têm um mau tipo de rede.»⁸⁴

⁸³ Fodé Soare, líder de opinião, membro de Espaço Regional de Tombali; Iemberém, 30 de Maio de 2008.

⁸⁴ Idrissa Bá, pescador; Bafatá, 28 de Julho de 2008.



Fula ou chinês?

Há regiões que evidenciam uma maior propensão para este tipo de conflitos, nomeadamente as de Cacheu, Bafatá, Quínara, Bijagós, Gabú.

Às vezes o mal radica numa visão muito regionalista que tende a privilegiar o local, excluindo o pretense forasteiro que tem a mesma nacionalidade e os mesmos direitos.

Um jovem que muito padeceu do facto de ser rejeitado como forasteiro por ser originário das ilhas «exilado» em terras fula no leste, insurgiu-se:

«Eu, por exemplo, vim das ilhas para cá. Mas não tenho muito acesso aos jovens de cá, pelo facto de não estar nos meus dados de identificação "Sector de Pítche".»⁸⁵

Fora da ilha, estranha manada!

Na ilha de Uno, o objecto de uma contenda crescente é um rebanho que cresce, cresce, cresce. O aumento do número de bovinos pode ser considerado uma bênção num país que luta para desenvolver a criação de gado e considera a posse de animais como uma poupança e uma riqueza. Mas, em Uno, tal não é o caso. A manada em plena expansão de um habitante horripila toda a ilha. A razão é simples. Este homem astuto, com desenvolvido sentido de negócio, adquiriu progressivamente contra dinheiro e outros bens as vacas de habitantes aflitos por alguma urgente necessidade. Ao fio dos anos o seu rebanho tornou-se o maior da ilha e a circulação dos bóvidos cria transtornos aos agricultores, particularmente no período das lavouras. O conflito de ocupação de terras ganhou contornos de hostilidade franca, ameaçando ganhar dimensões insustentáveis. Ele pode tornar-se explosivo a qualquer momento, pois tem um combustível potente: o feliz proprietário da manada é um fula, isto é, um estrangeiro cujo nome só evoca para os bijagós a astúcia, a venalidade, o apoio dado aos portugueses para conquistar as ilhas, últimos redutos da resistência à colonização, a crueldade dos cipaios prepotentes, arrogantes e desdenhosos da cultura dos bijagós. Velhas histórias de feridas mal saradas, facilmente reabertas por pecadilhos. Lembranças que magoam e alimentam ódios tenazes.

⁸⁵ Leónico Barbosa, professor; Pítche, 13 de Junho de 2008.

Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

Os resultados da auscultação nacional realizada em 2008 foram aprofundados, hierarquizados e validados em 2009. O processo de validação foi conduzido do mesmo modo largamente participativo, abrangendo todas as regiões do país. Ele envolveu milhares de participantes reunidos em painéis diversificados e equilibrados. Os resultados deste processo constituem a segunda parte, em elaboração, do relatório nacional sobre as causas de conflitos na Guiné-Bissau.



PERSPECTIVAS



4.PERSPECTIVAS

A validação do processo e a formulação de soluções para a paz (2009-2011)

Inicialmente, o programa tencionava organizar uma validação dos resultados das consultas num encontro nacional agendado para o mês de Março de 2009. Contudo, os acontecimentos trágicos que marcaram este período⁸⁶ e o ambiente político deletério que se estabeleceu no país, levaram a uma mudança de estratégia e à escolha de encontros regionais de validação.

Esta ideia, algo original, tornou-se um sucesso. O processo regional encorajou e permitiu a participação massiva da população no debate que confirmou e hierarquizou as causas de conflito. Os encontros de validação reuniram mais de 6000 guineenses em todo o país, e permitiram recolher a variação das sensibilidades regionais acerca das causas de conflitos.

Esta modulação da percepção dos conflitos e suas causas, pôs em evidência a multiplicidade dos pontos de vista ao mesmo tempo que mostrou as convergências sobre a hierarquia das grandes temáticas geradoras de conflitos. Assim, ao hierarquizar as dezassete maiores temáticas de conflitos identificadas, as populações classificaram nos quatro primeiros lugares:

5. O enfraquecimento do Estado e má governação;
6. A pobreza;
7. A má administração da justiça
8. O tribalismo

Devido à sua originalidade e importância, este processo de validação regional é descrito e analisado num relatório separado que complementa o presente.

Em seguida, o Programa Voz di Paz concentrar-se-á sobre o estudo das raízes profundas das problemáticas de conflitos identificadas com vista à formulação de soluções que contribuam para a consolidação da paz. A abordagem utilizada visa a apropriação mais alargada possível do

⁸⁶ No dia 1 de Março de 2010, morreu numa explosão de origem inexplicada o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, o general Tagmé Na Waie. Na madrugada do dia 2 de Março de 2010, foi assassinado o Presidente da República João Bernardo Vieira. O ambiente político tenso gerado por estes acontecimentos inviabilizou a organização de um encontro nacional sereno para validar a recolha sobre as causas de conflitos no país.

⁸⁶ No dia 1 de Março de 2010, morreu numa explosão de origem inexplicada o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, o general Tagmé Na Waie. Na madrugada do dia 2 de Março de 2010, foi assassinado o Presidente da República João Bernardo Vieira. O ambiente político tenso gerado por estes acontecimentos inviabilizou a organização de um encontro nacional sereno para validar a recolha sobre as causas de conflitos no país.

Guiné-Bissau
As causas profundas de conflitos: a voz do povo

processo pelos próprios actores sociais, a fim de construir, a nível regional e nacional, consensos em torno das soluções identificadas.

Um dos instrumentos desta metodologia, serão os grupos temáticos de reflexão, que servirão de laboratórios para o aprofundamento do conhecimento das causas de conflito e as propostas de soluções. Os resultados saídos destes laboratórios de ideias serão por sua vez validados em todos os sectores e camadas sociais da Guiné-Bissau, consolidando assim a dinâmica interactiva e iterativa iniciada pelo Programa Voz di Paz





Voz di Paz
Rua José Carlos Schwarz
CP. 588, Bissau7-9, Guiné-Bissau
www.vozdipaz.org / www.vozdipaz.com
vozdipaz@gmail.com



Interpeace
7-9 Chemin de Balexert
1219 Chatelaine, Geneva Switzerland
www.interpeace.org
info@interpeace.org